

Patrícia Tomimura

**OCUPAÇÕES DE SEM-TETOS E PSICOLOGIA DO  
TRABALHO: COMO CONSTRUIR ORIGAMIS  
INTERVENTIVOS?**

Dissertação apresentada como requisito  
básico para a defesa do título.  
Orientador: Hélder Pordeus Muniz

Niterói  
2007

Patrícia Tomimura

**OCUPAÇÕES DE SEM-TETOS E PSICOLOGIA DO  
TRABALHO: COMO CONSTRUIR ORIGAMIS  
INTERVENTIVOS?**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Hélder Pordeus Muniz, - Orientador  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Cláudia Osório da Silva  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros  
Universidade Federal do Espírito Santo

## DEDICATÓRIA

Deus está presente quando lutamos contra nossos manicômios internos, contra a cerca, condenação e punição disciplinar de nossa própria loucura. Viva a loucura! Viva o delírio! A função da arte é justamente isso: provocar o delírio, pois o delírio é revolucionário! Dedico essa dissertação em primeiro lugar a Deus, o Amor e a Consciência Universais.

Também a dedico a todos aqueles que estão construindo o Reino de Deus na Terra, isto é, experimentando o amor, o respeito, lutando pela justiça social e pela ruptura radical com todos os valores e modos de pensar e agir que o capitalismo e todos seus dispositivos querem nos impor.

A vocês que me lêem, dedico um poema:

Amo-te porque és, Estás a ser, vêm a ser,  
Devir.  
Nesses rios e montanhas, a subir e a fluir,  
Vamos nos deixar afetar  
Pelo outro, pelo tão diferente e no entanto tão igual.  
Loucos somos, pois do modo que sabemos, não agimos.  
Outros loucos, que Agindo, Se consomem.  
Necessitamos domar nossa loucura,  
Mas expressá-la com toda intensidade  
Nos bons encontros, Respeitar.

Dedico este trabalho a todos os que sofrem e choram, porque serão consolados. A todos os que passam fome e frio, porque serão alimentados e cobertos. Creio que somos a mão de Deus, para que haja vida, e vida em abundância, para todos.

Dedico este trabalho às Ocupações e ao Apoio.

Dedico-o também a Teologia da Libertação, e a todas as religiões e espiritualidades ecumênicas.

Por fim, dedico esta dissertação à fala e ao falo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, a minha mãe, a minha irmã, à memória de meu pai.

Agradeço a Jobson, pelo carinho constante, paciência, entendimento e respeito.

Agradeço a Celso, verdadeiro psicólogo do cotidiano.

Agradeço ao mar, pela beleza, aos céus pela largura, ao fogo, ao ar, à madeira.

Agradeço a todas as plantas e aos animais, à Gaia.

Agradeço a João Barbosa, Valentim, Maciel, Carlos Dorminhoco, Pedro Petrônio, a Juvenal filho, a Taís, a Natália e a todos aqueles que vieram a ser meus amigos das ocupações, e aos pequerruchos com quem trabalhei. Sei que um dia, se eu me encontrar nas condições de uma pessoa sem-teto, será para eles que recorrerei.

Agradeço a todos os meus professores, todos mesmo, desde os que me alfabetizaram até aos recentes; mas especialmente ao Hélder Muniz, ao Milton Athayde, à Cláudia Osório, à Bruno da natação, a Fred Schneiter, Mr. Heritage, Mr. Malin, Mrs. Skinner-Smith, Denise Alvarez, Marcelo Figueiredo.

Agradeço a todos meus alunos e pacientes, com quem muito aprendi e fui acolhida.

Agradeço a humanidade, como um todo, mas principalmente aqueles que carecem dos equipamentos básicos para a reprodução da força de trabalho, por me ensinarem a solidariedade.

Por fim, agradeço aos meus amigos Adriana, Mariana, Silvinha, Antonella, Laura, as meninas do MS. Coiffeur, Consuelo.

## *Epígrafe*

Seria o prazer o esquecer da dor, ou a dor o esquecer do prazer?

Reflexão de Patrícia Tomimura e Celso Vergne

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender as abordagens epistemológicas e metodológicas de intervenção encontradas tanto na Psicologia do Trabalho quanto na práxis dos movimentos sociais que podem auxiliar no desenvolvimento do poder de ação dos coletivos de duas ocupações do movimento dos Sem-teto no Rio de Janeiro: Zumbi dos Palmares e a Chiquinha Gonzaga.

Essa questão central foi pesquisada através da pesquisa bibliográfica acerca desses dois domínios. Descreveu-se o pensamento de autores brasileiros acerca da conjuntura que possibilitou o surgimento dos movimentos sociais no Brasil e a práxis utilizada pelo Clube das Mães, movimento social dos anos 80 de São Paulo. Em seguida, analisou-se como a organização do trabalho se dava nas ocupações e enfocou-se o trabalho nas mesmas como atividade coletiva, através de abordagens da Psicologia do trabalho francesa, principalmente a Psicodinâmica do Trabalho e a Clínica da Atividade.

Estabeleceu-se um fio condutor que ligava os movimentos sociais e a psicologia do trabalho: a questão da experiência. De um lado, as metodologias de pesquisa-intervenção derivadas de Oddone e colaboradores (1986) valorizavam a experiência do trabalhador. Essas pesquisas conduzem o trabalhador a um processo de formação, onde o conhecimento sobre o meio visa identificar as nocividades, ou seja, aquilo que adocece no trabalho, e se organizar, planejar e efetivar lutas e ações contra isso. Por outro lado, a experiência de participar de uma ocupação numa metrópole contemporânea, em que há organização e poder popular, é também um processo de formação política. Essa formação produz um certo tipo de conhecimento e ação sobre o meio, que podemos denominar de política, junto com Eder Sader (1988).

Desse modo, pode-se considerar que uma das características daquilo que entendemos como trabalho é a identificação e o combate às nocividades do meio. O trabalho de apoio nas ocupações deve se basear na colaboração entre a experiência dos ocupantes e o conhecimento formal dos apoiadores, na construção de dispositivos de produção de conhecimento e transformação: as Comunidades Ampliadas de Pesquisa.

Palavras-Chave: ocupação, movimentos sociais, Psicologia do Trabalho.

## **ABSTRACT**

This dissertation has as an aim the comprehension of the epistemological and methodological approaches of intervention found in Work Psychology and also in the praxis of the Social Movements that may help in the development of the action power of the collectives of two squats of the Homeless Movement in Rio de Janeiro: Zumbi dos Palmares and Chiquinha Gonzaga.

This central issue was focused through bibliographical research on both these areas. We described the thought of Brazilian authors on the conjuncture that allowed the emergence of Social Movements in Brazil and the praxis used by the Mothers' Club, social movement of the 80s in São Paulo. Furthering, we analyzed how the squats produced the work organization, work which was seen in the light of collective activity, through the approaches of the French Work Psychology, especially Psychodynamics of Work and the Activity Clinic.

The leading thread that establishes the link between the Social Movements to the Work Psychology is the concept of experience, which conducted us to two conclusions that lead finally to a concept on work and the intervention method most appropriate for the squats.

On the one hand, the instrument that allows the worker to be in touch with the experience are the research-intervention methodologies derived from Oddone and co. (1986), because they conducted the worker towards a process of formation. In this process, the knowledge on the environment aimed at identifying the nocivities, that is, those processes and conditions which make one ill at work; and organize, plan and effectuate struggles and actions against them.

On the other hand, the experience of taking part in a squatting process in a contemporaneous metropolis, in which there is organization and popular power, is also a process of political formation. This formation produces a political knowledge and action over the environment (Sader,1988), because it aims at the perception and analysis of the nocivity in the social environment and the collective organization and the effectuation of a struggle to transform this nocivity.

In this way, the identification and struggle against the nocivities in the environment is what we understand to be a characteristic of work. The work of the “support” groups in the squats should have as a foundation the collaboration between the experience of the squatters and the formal knowledge of the “support” in the construction of devices of knowledge production and transformation in the squats: the Enlarged Research Communities.

Key words: Squats, Social Movements, Work Psychology.



## SUMÁRIO

<b>ÍTEM</b>	<b>PÁGINA</b>
INTRODUÇÃO	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I. OCUPAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA CONJUNTURA DE LUTAS</b>	
1.1. A ESPOLIAÇÃO URBANA E A LUTA PELAS OCUPAÇÕES	<b>20</b>
1.1.1. ESPOLIAÇÃO URBANA	<b>20</b>
1.1.2. LUTAS SOCIAIS NOS BAIROS E NAS FÁBRICAS: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO	<b>23</b>
1.2. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS – UM POUCO DE HISTÓRIA	<b>26</b>
1.3. O CLUBE DE MÃES	<b>32</b>
1.4. HISTÓRIA, GEOGRAFIA E POLÍTICA HABITACIONAL DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO	<b>35</b>
1.5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS OCUPAÇÕES	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO II. OCUPAÇÃO COMO SITUAÇÃO DE TRABALHO: OCUPAR É TRABALHAR</b>	<b>44</b>
2.1. SAÚDE	<b>45</b>
2.2. TRABALHO ENQUANTO ATIVIDADE	<b>49</b>
2.3. A OBSCURIDADE DO TRABALHO	<b>54</b>
2.4. PSICODINÂMICA DO TRABALHO	<b>57</b>
CONTRIBUIÇÕES DA METODOLOGIA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	
2.5. CLÍNICA DA ATIVIDADE	<b>63</b>
CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DA CLÍNICA DA ATIVIDADE	<b>67</b>
	<b>72</b>

CAPÍTULO III. DIALOGIAS ENTRE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA	
75	
3.1. EXPERIÊNCIA É O QUE NOS PASSA	76
3.2. EXPERIÊNCIA NUMA CONTRIBUIÇÃO TEOLÓGICA	78
3.3. A COMUNIDADE CIENTÍFICA AMPLIADA	80
3.4. DISPOSITIVO DE TRÊS PÓLOS	84
3.5. A COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA: UM TEMPERO BRASILEIRO	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	<b>89</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<b>95</b>

## INTRODUÇÃO

Na noite de 23 de Julho de 2004, cerca de 40 famílias sem moradia, entre moradores de rua, de abrigos ou que já não conseguem arcar com o aluguel [em colaboração com alguns estudantes], ocuparam o prédio número 110 da rua Barão de São Félix, próxima à Central do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

O imóvel de 12 andares pertence ao INCRA [Instituto Nacional de Reforma Agrária] e encontrava-se vazio e não utilizado há pelo menos 21 anos, segundo informações de vizinhos. A ocupação foi pacífica. Na madrugada de sábado (24 de Julho) apareceram policiais ameaçando os ocupantes, que resistiram, explicaram seus objetivos e convenceram a PM (que então) foi embora.

Os ocupantes deram o nome “Chiquinha Gonzaga” à ocupação, em homenagem às mulheres que lutam por liberdade e dignidade. No momento os ocupantes necessitam de todo tipo de apoio [...].

Esse é o início de um texto divulgado em agosto de 2004 pela *Frente de Luta Popular* (FLP), para sensibilizar outros movimentos sociais, sindicatos e outras pessoas que desejassem colaborar com os moradores da recém ocupada Chiquinha Gonzaga.

Certamente não é a primeira vez que esse tipo de prática acontece no Rio de Janeiro. Desde a época da habitação em cortiços até o crescimento de favelas, a população tem ocupado ilegalmente terrenos (ou imóveis) inutilizados ou abandonados. A especificidade do momento presente, e deste local, se dá, entre outros fatores, pelos efeitos de legislações recentes que normalizam a habitação urbana no Rio de Janeiro e no Brasil.

Na Lei 10.257/01 do Estatuto das Cidades, e no art. 5, inciso XII; XXIII. da Constituição Federal, consta que toda propriedade, mesmo que privada, precisa ter uma função social<sup>1</sup>. Conforme dados da Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal, “Hoje, no Rio, há 5 mil imóveis vazios [...] que colocam a lei à margem” (Jornal do Brasil,

---

<sup>1</sup> Na página do MTST de São Paulo, encontra-se o "*Manifesto Chico Mendes: O direito à vida está acima do direito à propriedade !!*", que foi atualizado pelo MTST na Internet em Ter, 20/12/2005. Neste manifesto, nos é esclarecido o que significa um imóvel ter uma função social: “Como se verifica o cumprimento da função social? Pelo atendimento das exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor (Constituição, art. 182, parágrafo 2.º). O solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado deve ter seu aproveitamento real, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, aumento progressivo de IPTU ou desapropriação (Constituição, art. 182, parágrafo 4.º). A propriedade de um bem imóvel pode inclusive ser perdida por abandono se cessados os atos de posse (como conservação, cuidado, vigia contra terceiros, etc.) ou se o proprietário deixar de pagar o IPTU (v. Código Civil, art. 1.275, inciso III, e 1.276, parágrafo 2.º em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)). Todo e qualquer proprietário está submetido a este regime de limites à propriedade.”

11/07/2006, p.A7). Em outras palavras, se o imóvel não tem uma função social, então ele está numa situação ilegal. Por outro lado, se há pessoas que estão em situação de rua, sem moradia, então elas também estão numa situação ilegal, por não terem seus direitos respeitados. Estes direitos segundo documento do MTST ([www.mtst.info](http://www.mtst.info)),

São materializados na Constituição, nesta ordem de importância: vida, liberdade, igualdade, segurança, propriedade (v.art.5.º da Constituição [...]). Existe ainda o direito social à moradia (Constituição, art. 6.º) [...] o direito à vida antecede o direito à propriedade. Já que o direito à moradia figura nos direitos humanos, ele também antecede o direito à propriedade privada [...].

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Rio de Janeiro, onde se localizam as ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras, não mantém uma articulação estreita com este mesmo movimento em outras partes do Brasil. As três ocupações estão ligadas pelo fato de que a mesma organização ajudou no seu planejamento, e participa do cotidiano das ocupações até hoje: a Frente de Luta Popular (FLP). Isso significa que essas ocupações têm uma mesma linha de estratégia política. As três são “atravessadas” pela ideologia da FLP: buscam pela auto-gestão, ação direta e organização do Poder Popular não apenas em torno da questão da moradia, mas também, da reivindicação para que a sociedade se organize para providenciar equipamentos urbanos a todos que vivem nas cidades.

Através de trechos do Manifesto da Frente de Luta Popular (2001) podemos entender a ideologia e o tipo de organização que influencia diretamente essas três ocupações. Assim fala a FLP, no seu Manifesto:

As lutas populares que mais avançaram, que mais tempo resistiram e que maiores conquistas conseguiram foram aquelas onde a organização do povo foi maior.(...)A organização popular para cumprir seus objetivos deve ser independente, autônoma e auto-sustentável, o que quer dizer não ter ligação com o estado, empresas capitalistas, partidos políticos ou igrejas nem depender deles (...) devem existir comissões, núcleos de base ou coletivos através dos quais cada um possa participar no dia a dia das discussões, decisões e ações. Daí devem ser eleitas comissões (coletivos sem presidentes) que prestem contas regularmente e possam ser modificadas a qualquer hora.(...)o objetivo final de nossa luta deve ser [...]construir nosso próprio poder, o Poder Popular, baseado em nossa organização criada nas lutas e iniciativas independentes.

Dentre as ocupações urbanas no Rio de Janeiro, há várias formas de gestão: algumas são centralizadas. Outras, como as ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e a Quilombo das Guerreiras, se regulam através de um sistema que busca a auto-gestão, onde se quer resolver coletivamente todas as decisões.

A tentativa de construir um processo de auto-gestão se deu através da criação de um *coletivo* que se reunia duas vezes ao dia, inicialmente. Hoje as reuniões são semanais, nas três ocupações. Quando há necessidade, são formadas comissões para resolverem problemas, ou determinados serviços necessários ao prédio, ou à comunidade.

A minha relação e envolvimento político com as três ocupações citadas suscitaram as questões que me encaminharam para este mestrado.

A ocupação Chiquinha Gonzaga se localiza perto da Central do Brasil, no pé do Morro da Providência. Neste morro nasceu a favela que é considerada a primeira do Rio de Janeiro, e é curioso notar que esta ocupação se encontra próxima ao local do maior cortiço do Rio em finais do século XIX: o *Cabeça de Porco*. As outras duas ocupações se localizam na Zona Portuária do Rio de Janeiro, próximas ao Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

A ocupação Chiquinha Gonzaga é “mãe” da Zumbi dos Palmares, que é, por sua vez, “mãe” da Quilombo das Guerreiras. Elas estão comemorando este ano, seus terceiro, segundo e primeiro aniversários, respectivamente.

Conheci a ocupação Chiquinha Gonzaga em 2004, através de um amigo da Faculdade de Psicologia da UERJ. O funcionamento interno é feito por um grupo de pessoas de apoio: militantes, estudantes, participantes da ocupação. A minha inserção na Chiquinha Gonzaga se deu, num primeiro momento, a partir de demandas para atendimentos individuais de pessoas que estavam “mentalmente desorganizadas” (pessoas estavam sendo consideradas pelos ocupantes como “surtadas”). Nesse sentido, havia uma individualização dos problemas. Cogitou-se da minha inserção no grupo da ocupação como psicóloga. E o que faz um psicólogo? Faz atendimentos. Posteriormente, avalei que essa forma de intervenção não era adequada. Havia casos que, na minha opinião, seriam melhor trabalhadas numa concepção mais coletiva de saúde. Uma ressalva, porém: naquele momento, eu não me sentia instrumentalizada o suficiente para atuar como psicóloga. Urgia uma forma de intervenção coletiva, uma forma de clínica que seria indissociável da política

e da produção. A minha participação na ocupação foi inicialmente precária em relação ao trabalho proposto. As aulas de inglês para crianças não funcionaram devido às condições físicas da ocupação e às condições psicológicas das crianças que preferiam brincar.

Por volta de Novembro de 2006, decidi pôr em prática alguma intervenção em psicologia nas ocupações. Propus que fizéssemos um grupo de psicologia nos moldes dos Narcóticos Anônimos. Algo que pudéssemos chamar de um “grupo terapêutico”. Nos Narcóticos Anônimos, há uma primeira e breve leitura introdutória, seguida de franqueamento de palavra. Em seguida, quem quer falar levanta a mão, e o secretário escolhe a pessoa que falará durante 8 minutos. É óbvio que há uma seqüência de falas. Não preciso detalhar. Há um fechamento com outra leitura e uma oração, após a seqüência de apresentações.

As reuniões teriam temas, a serem definidos pelos participantes do grupo. Por exemplo: depressão, violência, conflitos familiares. Seriam reuniões semanais.

Questões observadas: Um “falso” problema levantado foi a dificuldade de entendimento, a famosa “fofoca”. A convivência no mesmo prédio, não implicava em solidariedade irrestrita<sup>2</sup>. Os problemas pessoais aumentariam as fissuras quando expostos em público, no grupo. Na verdade, havia um grande entrave: o enfoque de questões existenciais e específicas de condições de moradores de uma mesma ocupação. Decidimos tentar uma intervenção que se daria na ocupação Zumbi dos Palmares, após pesquisa feita por assistentes sociais, que apoiavam a ocupação, sobre problemas que os moradores da Zumbi estavam enfrentando. Nas respostas, uma queixa muito freqüente tenha sido a depressão. Entendemos (erradamente na época) que na Zumbi haveria uma demanda para o dispositivo acima.

Contatei assistentes sociais, estudantes secundaristas, uma socióloga, um estudante de música para formar um grupo comigo. Algumas pessoas compareceram a algumas reuniões visando à integração do grupo. Somente uma socióloga estabeleceu um contrato de trabalho comigo.

Decidimos que faríamos o grupo nos moldes que eu estava propondo na Zumbi dos Palmares, e que daríamos conhecimento à Assembléia do início do trabalho do grupo.

---

<sup>2</sup> Na Chiquinha Gonzaga, há uma reclamação freqüente acerca da solidão. Pessoas valiosas para a ocupação já foram embora por causa disso, e seu Ferreira, que morreu de pneumonia após um longo período agonizando na Chiquinha Gonzaga, reclamava que ninguém ia visitá-lo e que ele sentia muita solidão.

Nesse ínterim, conversamos com A<sup>3</sup>. que nos avisou que teríamos que conquistar as pessoas, o que não seria simples. A. imaginou que um grupo de psicologia e sociologia implicava em palestras. Eu não entendi muito bem por quê teríamos que conquistar as pessoas, visto que estávamos ali oferecendo a elas o que nós achávamos que elas queriam e precisavam. Mais tarde vim a compreender que a reclamação da depressão não era a mesma coisa que uma demanda de um serviço de terapia psicológica.

Comunicamos à Assembléia os objetivos do nosso trabalho e marcamos uma reunião com dia, hora e local estabelecidos e ninguém compareceu. Um senhor nos disse que muitas pessoas achavam que psicologia era coisa de maluco, e que era difícil falar dos problemas.

Depois desta situação na Zumbi, eu e S. nos dirigimos para a ocupação Chiquinha Gonzaga. Na ocupação Chiquinha Gonzaga tomamos conhecimento da decepção dos moradores em relação a estranhos que se aproximaram, e não mais deram o retorno esperado. O fato provocou mais desconfianças e ampliou os passos, as barreiras entre apoios e moradores. A categoria “apoio” cometeu muitos erros no processo de ocupação da Zumbi, logo, os moradores tinham suas razões para desconfiarem.

Voltamos a propor um trabalho voltado para fortalecer a solidariedade entre os moradores. As crianças, que já vinham nos pedindo para dar aulas a elas e brincar com elas, nos pediram novamente e brincamos com elas, com grande prazer de todas as partes.

Na reunião que fizemos inicialmente com as assistentes sociais e militantes, foi-nos colocado que uma demanda que os próprios moradores já tinham feito aos apoios foi uma creche para as crianças. Insistimos numa proposta de trabalho com adultos.

No sábado seguinte, fui à Zumbi já desgastada. Eu e S. então decidimos desistir do dispositivo grupal naqueles moldes, já que novamente ninguém aparecera. Fiquei muito angustiada, mas S. me disse que as pesquisas que não atingem os objetivos inicialmente traçados são tão importantes quanto as que atingem, pois estas últimas se baseiam nos aprendizados das primeiras. Reavaliamos a nossa intervenção e o nosso trabalho com as crianças, usando um livro de base de Gianni Rodari (1982) que defende, segundo Ruth Rocha (que apresenta a edição brasileira):

---

<sup>3</sup> A. é morador da ocupação Zumbi dos Palmares.

Que a Psicologia – e eu diria a Pedagogia, também- preocupa-se muito mais com a atenção e a memória do que com a imaginação e a fantasia. [...] E nos mostra que os setores mais poderosos da sociedade realmente não tem nenhuma intenção de privilegiar a imaginação e a criatividade pois não desejam que as pessoas aprendam a pensar, já que o pensamento criativo seria a arma mais eficaz de transformação do mundo e portanto de ameaça a uma ordem social conhecida, estabelecida e vantajosa para eles (RODARI *apud* ROCHA , 1982, p.8).

A dramática da fantasia propõe atividades para crianças. O que nos daria respaldo teórico para as atividades propostas.

Mais tarde, percebemos que poderíamos alcançar os adultos através das crianças, e que assim, seríamos informados sobre a vida familiar na Zumbi. Mas o processo é lento e não temos avançado.

Durante toda minha intervenção prática, participei de várias assembléias na Chiquinha e na Zumbi. Observei que a palavra circulava entre os participantes do coletivo, possibilitando uma escuta de todos em relação a todos, onde o exercício do poder parecia tomar um fluxo diferente do hegemônico. Todos podiam intervir e propor ações, sem restrições de cor, sexo, estado de saúde mental, história pregressa etc. O tipo de proposta política é a ação direta, uma contraposição à representatividade e a centralização. Novas práticas de convivência, (podia-se) e pode-se ainda observar uma desestabilizar os modos de subjetivação hegemônicos.

Não nos enganemos, porém. Neste processo de auto-gestão, existe uma produção de saúde, mas também de adoecimento. Eu não tenho clareza sobre como estes processos de saúde e adoecimento se dão: que ponto, por exemplo, o adoecimento está ligado às atividades da ocupação (e isto inclui a integração do sujeito ao coletivo, mesmo nos momentos em que está fazendo atividades outras no seu próprio apartamento), e até que ponto o adoecimento está relacionado com a violência do Estado, com a marginalização da pobreza? Meu questionamento é sobre como todos esses fatores se relacionam com possíveis dispositivos de intervenção. Essas pessoas estão sujeitas à lógica atual que internaliza os sofrimentos mentais e os liga a questões muito internas, muito individuais das pessoas. Porém, se os participantes estão sujeitos a uma fragmentação social, o potencial de saúde delas passa exatamente pela questão da possibilidade de auto-organização, tanto



subjetiva quanto coletiva. E esta organização se dá por meio de atividades coletivas, nas ações de transformação e criação do meio de vida e de trabalho.

Uma das premissas dessa dissertação é a de que as atividades lá desenvolvidas podem ser consideradas como “atividade de trabalho”, já que, como veremos no capítulo 2, não restringimos a atividade de trabalho ao trabalho assalariado. Várias atividades necessárias à sobrevivência coletiva são realizadas por todos, nas ocupações.

Atualmente, as tarefas estabelecidas pelo Estatuto Interno das ocupações, como obrigatórias para cada morador, vão desde participar semanalmente da Assembléia, até se responsabilizar pela portaria por algumas horas mensais. Participar de comissões para limpar as áreas públicas do prédio, fazer consertos nas partes elétricas e hidráulicas, acompanhar o processo jurídico que visa o pressionamento das autoridades para que os moradores ganhem à posse do prédio, etc. Outras atividades, como a construção de uma cooperativa de reciclagem, participação em discussões políticas e históricas são opcionais. É claro que, no ato da ocupação, outras tarefas também foram necessárias, que iam desde quebrar o cadeado do prédio, permanecer no prédio por pelo menos 48 horas sem sair, negociar com policiais, cozinhar para o coletivo, limpar o prédio e restabelecer as instalações elétricas e hidráulicas.

Será que o que ocorre nas ocupações pode ser chamado de “atividade”, segundo uma ótica de trabalho? Como as pessoas estão se organizando para trabalhar nelas? Qual a melhor forma de intervenção que eu, enquanto psicóloga, posso construir junto com eles? Essas e outras perguntas estão constantemente nos meus pensamentos quando eu vou lá.

A questão central dessa dissertação é:

Quais abordagens epistemológicas e metodológicas de intervenção encontradas tanto na Psicologia do Trabalho quanto na práxis dos movimentos sociais podem ser úteis para auxiliar no desenvolvimento do poder de ação dos coletivos da Chiquinha Gonzaga e da Zumbi dos Palmares?

Não tenho pretensões de elaborar um “método” de intervenção, mas apenas apontar questões epistemológicas e metodológicas que podem ser úteis na elaboração de tais métodos.

Para isso caminho pela perspectiva epistemológica do Modelo Operário de Conhecimento e Transformação Social (Ivar Oddone e colaboradores, 1986), e pelas

metodologias de intervenção na área da Psicologia do Trabalho: a Psicodinâmica do Trabalho (Christophe Dejours, 2004) e a Clínica da Atividade (Yves Clot, 2006), encontrando conceitos que possam fazer a ponte entre a construção das perspectivas epistemológicas citadas e o processo de intervir numa rede de processos de trabalho, que são as ocupações. Dentre as metodologias mais apropriadas, sugerir que conceitos e técnicas podem ser aproveitados para intervir nas ocupações. Entender como se dá essa rede de relações.

Investigar o percurso dos movimentos sociais. Conhecer teóricos brasileiros que falem sobre eles, para entender as ocupações citadas.

Tornar possível o conhecimento de apontamentos, pesquisar sobre essas ou outras ocupações ou Conhecimentos Sociais similares que possam tornar-se conhecidos. Fazer com que essa dissertação seja instrumento de análise-intervenção dos moradores nas próprias ocupações, principalmente, na Chiquinha Gonzaga e na Zumbi dos Palmares, objeto dessa pesquisa.

Com este objetivo, pedi autorização às assembléias das ocupações para utilizar minha experiência de apoio na minha dissertação e fui atendida. Essa autorização pressupõe o imperativo de devolução dos resultados. Isso poderá permitir que a análise-intervenção possa se dar através da avaliação e discussão dos moradores acerca do trabalho realizado (na dissertação).

Além do estudo teórico e da minha experiência como apoio da ocupação, aproveitei a ocasião da pré-banca desta dissertação para criar um dispositivo de Comunidade Ampliada de Pesquisa<sup>4</sup> (Oddone et al., 1986) onde não só professores universitários, mas também dois militantes das ocupações movimento sem-teto, um da Chiquinha Gonzaga e o outro da Zumbi dos Palmares, leram e participaram da discussão. Foi um momento muito rico onde a experiência e saber acadêmico dialogaram e produziram críticas e sugestões relevantes para o encaminhamento deste trabalho.

O texto desta dissertação está organizado em três capítulos. O objetivo do primeiro é entender o contexto das ocupações, verificando como vai se produzindo uma espoliação urbana que vai tirando o direito das pessoas ao trabalho e a moradia. Mas as pessoas não ficam passivas e vão construir vários movimentos sociais. Alguns destes movimentos

---

<sup>4</sup> Descreveremos este tipo de dispositivo no capítulo 3.

sociais vão travar a luta no cotidiano valorizando o próprio processo e maneira de reivindicar. Importa analisar tipos de organizações do trabalho usadas por um outro movimento social que também reivindica equipamentos urbanos, obtendo ou não êxito em sua reivindicação. Por fim, a explicação de como se organiza o trabalho nas ocupações é fundamental para entendermos as potencialidades e dificuldades do trabalho comum.

No segundo capítulo o objetivo é trabalhar a categoria saúde segundo a perspectiva de Canguilhem(1995) e a categoria trabalho segundo autores franceses pertencentes a contribuições teóricas e metodológicas diferentes. Interessa aqui, não uma apresentação completa da abordagem destes autores, mas levantar a sua contribuição para a compreensão da categoria trabalho como atividade.

O objetivo do terceiro capítulo é traçar um percurso pelos conceitos de experiência, sujeito da experiência e saber de experiência; para então podermos, juntos com Schwartz(2000a) e Oddone et al.(1986), fazer essa experiência (encarnada no saber prático do trabalhador) dialogar fecundamente com o conhecimento acadêmico (encarnado no saber sistematizado dos especialistas).

## **CAPÍTULO I – OCUPAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA CONJUNTURA DE LUTAS**

As ocupações nas quais foram feitas as intervenções fazem parte de um contexto histórico de lutas de resistência ao Capitalismo. Hoje, no Brasil, muitos estão decepcionados com o resultado de todo um acúmulo das experiências de esquerda que não se materializaram no governo Lula. Isto acarretou uma sensação de desmobilização e sumiço da esquerda revolucionária, mas o que queremos dar visibilidade é que formas de luta acontecem, mesmo não sendo focadas pela mídia. Há um acúmulo do patrimônio cultural de ocupações que acontecem no mundo inteiro. Como estamos tratando das ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares, teremos como base análises de autores brasileiros como Sader(1988) e Kowarick (2000), sem ignorarmos a importância de vários autores estrangeiros, como os da tradição marxista, os neo-marxistas e da Escola de Chicago (GOHN, 1997).

## **1.1. A ESPOLIAÇÃO URBANA E A LUTA PELAS OCUPAÇÕES**

### **1.1.1. ESPOLIAÇÃO URBANA**

Kowarick (2000) dá algumas ferramentas para que se possa entender este problema. O autor explica a noção de espoliação urbana:

*espoliação urbana*: é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. (KOWARICK, 2000, p. 22, grifo do autor) <sup>56</sup>

---

<sup>2</sup> Quando o autor, na sua definição de espoliação urbana, fala de “reprodução dos trabalhadores” ele se refere à reprodução da força de trabalho. Os “serviços de consumo coletivo” são aqueles que são disponibilizados pelo estado, tais como: serviços médicos, sistema educacional, esgoto, água, transporte adequado, eletricidade, equipamentos de lazer e cultura, entre outros. O uso da palavra “consumo” não está relacionado ao debate sobre o consumismo presente na discussão de alguns autores que falam da modernidade, como Bauman e Sennett.

Espoliação urbana é um processo de degradação das condições sociais e urbanas e que tem como consequência um gradativo distanciamento de grandes parcelas da população dos recursos que garantiriam o seu bem estar social. O aumento populacional<sup>7</sup> leva a um aumento da construção de moradias ou habitação destas em áreas afastadas do centro<sup>8</sup>, áreas estas que não possuem infra-estrutura mínima necessária à população. O investimento por parte das prefeituras nessas áreas, muitas vezes, é menor do que o investimento em infra-estrutura em áreas ditas nobres. No caso do Rio de Janeiro, como denunciou uma notícia no jornal O Dia de 06/11/2006, o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia, investe o dobro de dinheiro em leite para a Zona Sul do que para a Zona Norte da cidade. Inclusive a urbanização que vem sendo implantada pelo programa “Favela- Bairro”, não incluiu o desenvolvimento social ou a discussão comunitária, como parte de sua implantação. Produzindo com isso o que o historiador professor da UFF Marcos Alvito, em entrevista ao Jornal do Brasil<sup>9</sup>, chama de “remoção branca”:

[...] 80% da urbanização das favelas foi feita pelos próprios moradores. [...] Acari era inabitável. Era um pântano. Foi devidamente aterrado [...] Os moradores colocaram um sistema de água. Colocaram um sistema de luz, muito antes de a Light entrar. [...] O favela-bairro aproveita o que os moradores já fizeram, coloca uma rampinha, bota a placa. Mas e o problema do emprego, da capacitação da juventude? E o problema da escola, do hospital, do tráfico? O favela-bairro tem um outro problema a longo e médio prazo. A prefeitura urbaniza, melhora a aparência. A casa valoriza. Mas se o morador continua na mesma pindaíba, uma classe média pode querer morar lá [...] Se o morador está numa situação difícil, porque ele continua sem chances de emprego, ele vende a casa e vai construir um barraco lá em outro lugar. Aí é uma remoção branca.

O autor continua dizendo que após a instalação de água, esgoto e eletricidade nas favelas, há a cobrança de taxas (IPTU, luz, etc.) a partir das quais, os moradores se vêem

---

<sup>7</sup> Segundo dados recentes os bairros da periferia de São Paulo hoje têm crescido no índice de 6% ao ano (Jornal Estado de São Paulo, dia 23/11/2006).

<sup>8</sup> Kowarick se refere especificamente a São Paulo e suas 37 cidades satélite, às quais denomina de Região Metropolitana de São Paulo. Porém, este conceito pode ser aplicado em outros grandes centros urbanos latino-americanos, pois ele cita autores que teorizam o crescimento destes centros urbanos e suas implicações políticas, sociais e econômicas.

<sup>9</sup> Essa entrevista foi concedida ao Jornal do Brasil em 19/08/2001, acerca do seu livro “As cores de Acari - Uma favela carioca”, que é também sua tese de doutorado, lançada pela Editora da Fundação Getúlio Vargas.

obrigados a se mudarem destas favelas urbanizadas, por não terem o dinheiro para pagar esses impostos. Ele conclui: “Se os moradores da favela jamais foram incorporados como cidadãos, eles vão ser incorporados como contribuintes”.(idem).

O processo de remoção das favelas aumenta o que o autor chama de *contradições urbanas*, pois gera “condições [...] necessárias para o processo de acumulação [do capital] se reproduzir em escala ampliada” (KOWARICK, 2000, p. 23). Com a periferação e a “remoção branca”, as pessoas são forçadas a construir suas “casas próprias”. Isso significa que, além de suas longas jornadas de trabalho, essas pessoas têm uma outra jornada de trabalho no seu “tempo livre”, não remunerada, gerando “*um sobretrabalho gratuito*” nas “*metrópoles do subdesenvolvimento industrializado*” (KOWARICK, 2000, p.30, grifos do autor).

As ocupações (como a Ocupação Chiquinha Gonzaga), têm como horizonte a realocação da população das periferias para os centros urbanos, onde lhes é possível trabalhar, devido à proximidade dos locais onde o trabalho informal (mesmo que precarizado) é possível de ser exercido. Muitas vezes, a população que mora longe dos centros urbanos não tem dinheiro para usar o transporte coletivo para chegar a eles. As ocupações nos centros urbanos visam diminuir a exposição ao processo de espoliação, ou ao menos atenuar seus efeitos.

A espoliação urbana é relacionada por Kowarick com a acumulação do capital e ao grau de pauperização que é consequência dela: “é a dinâmica de criação e apropriação do excedente econômico que gera esses dois aspectos” (KOWARICK, 2000, p. 22/23). A ação do Estado, que regulamenta as condições de trabalho e a remuneração deste, mediatiza, por sua ação, a geração de bens de consumo coletivo. A população, através de suas reivindicações e lutas, pode interferir ou não na geração destes bens. Dessa forma, a pressão que os movimentos fazem sobre o Estado pode ser decisivo na obtenção desses equipamentos, o que é importante para a sobrevivência desta população.<sup>10</sup> O investimento que o Estado faz no tecido urbano interfere na valorização da terra, aumentando-a; daí decorre que o Estado é um importante ator na especulação imobiliária e na segregação

---

<sup>10</sup> Muitas vezes é aí que pode se dar a cooptação dos atores de movimentos sociais. Veja, por exemplo, o seguinte exemplo: a ocupação Quilombo das Guerreiras estava proibida de ter água e luz, mesmo depois de dois meses de ocupação do prédio da companhia DOCAS. O pedido de reintegração de posse por esta companhia estava sendo processado na Justiça.

social. Muitas vezes, segundo a Plataforma Brasileira para Prevenção de Despejos (2006), um documento político criado por movimentos sociais, ONGs e organizações governamentais nacionais e internacionais, com apoio da Oxfam<sup>11</sup>, os governos municipais, estaduais, federal, os proprietários privados, as empresas imobiliárias, o Ministério Público e o Judiciário colocam a propriedade privada e a referida especulação acima das necessidades humanas reais e básicas para a reprodução da força de trabalho.

Vejam o que diz a Plataforma Brasileira para Prevenção de Despejos (2006):

Nas cidades, o modelo de desenvolvimento urbano facilita a retenção especulativa da terra urbana e a apropriação privada dos benefícios gerados pela urbanização [...] O déficit habitacional brasileiro é estimado em 7 milhões de moradias urbanas e rurais, enquanto o número de unidades habitacionais vazias é de 5 milhões<sup>12</sup>.

[...] Os despejos são realizados em sua grande maioria baseados em decisões judiciais, em ações de reintegração de posse ou reivindicatórias de propriedade, que desconsideram a legislação internacional e constitucional que garantem o direito à moradia e os direitos humanos. Essas decisões, em geral baseadas no Código Civil e no Código de Processo Civil, não reconhecem a natureza coletiva dos conflitos e o estado de necessidade social das comunidades e perpetuam a visão do direito de propriedade absoluta [...].

### **1.1.2. LUTAS SOCIAIS NOS BAIRROS E NAS FÁBRICAS: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO**

Tendo como cenário a Região Metropolitana de São Paulo na década de 70, Kowarick afirma que os problemas decorrentes da espoliação urbana e da exploração do trabalho ganharam “visibilidade social e política” (KOWARICK, 2000). *Social* porque as reivindicações dos trabalhadores submetidos à espoliação urbana são legítimas, porém não necessariamente de acordo com os aparatos legais do regime militar. As greves de 1978 e as ocupações de áreas urbanas na referida região foram ilegais, porém legítimas: as greves foram apoiadas por amplos segmentos sociais, e as invasões de terra para a construção de barracos foram a única forma que desempregados, sub-empregados e trabalhadores mal-

---

<sup>11</sup> Oxfam é uma ONG inglesa que ajuda movimentos sociais e povos em situações de risco devido a guerras ou desastres naturais em todo o mundo.

<sup>12</sup> Fundação João Pinheiro, 2004. Déficit Habitacional no Brasil: Municípios Seleccionados e Microregiões Geográficas. Centro de Estatísticas e Informação. Belo Horizonte. Disponível em [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

remunerados encontraram para sobreviver. *Política* no sentido da “força organizativa que pressiona (...) os órgãos do Estado”.(KOWARICK, 2000, p. 35).

Este raciocínio se aplica amplamente ao Rio de Janeiro, nos dias de hoje, especialmente no que se refere às ocupações dos sem-teto. São formas de luta, denúncia e divulgação dos movimentos populares que são legítimos, pois os que delas participam estariam morando na rua, em moradias precárias longe do Centro da cidade ou em favelas. Nesse sentido, é uma estratégia de sobrevivência dessa população. Por outro lado, assim como as ocupações de terras não-produtivas feitas pelo MST (Movimento dos Sem-Terra), as ocupações são altamente organizadas. Esses movimentos mostram ao resto da população que existe um sentido em lutar pelos seus direitos, pois é possível conquistá-los quando o povo se organiza. Um exemplo particularmente marcante foi quando, em 2005, a Ocupação Zumbi dos Palmares<sup>13</sup> estava ameaçada de ser desocupada por uma vitória na Justiça de uma liminar de despejo, dada ao INSS (proprietário do prédio) por uma juíza<sup>14</sup>. Ao saberem disso, os moradores fizeram um protesto, com faixas e palavras de ordem, em frente ao fórum aonde a juíza trabalhava. De tanto insistirem, a juíza saiu do prédio para ver o quê se passava. Ela terminou por visitar a ocupação, e ficou impressionada com o que viu. Ela recomendou aos moradores que mantivessem o prédio sempre limpo, que fizessem projetos educacionais com as crianças e que tivessem o cuidado de colocar todas as crianças na escola. Posteriormente, a juíza retirou a liminar que havia outorgado. Outro exemplo disso foi a visita do advogado da companhia DOCAS, dona do prédio ocupado em Outubro de 2006, a este mesmo prédio. Tal prédio situa-se na Avenida Francisco Bicalho, número 49, ao lado da Rodoviária Novo Rio, no Rio de Janeiro, O advogado ficou impressionado com a cozinha coletiva e com a limpeza do prédio.

Um importante tópico que Kowarick também aborda é que as greves que ocorreram nas décadas de 1970 (final) e 1980, nas fábricas da Região Metropolitana de São Paulo, tiveram suas raízes nas *experiências de luta* das organizações de moradores<sup>15</sup>, e os embates operários tiveram efeitos enormes nas reivindicações das associações de bairro. O autor explica como este processo se deu, e o quê isto significa:

---

<sup>13</sup> Prédio número 53 da Rua Venezuela, na região da Praça Mauá, no Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Cujo nome é Salete Macalós.

<sup>15</sup> Estas experiências de lutas foram analisadas por Sader, cuja contribuição será desenvolvida mais adiante.



este é um *momento de fusão* em que um confronto que ocorre no mundo do trabalho se alimenta de múltiplas e díspares aglutinações forjadas em lutas cotidianas centradas nos bairros, onde vivem e reivindicam as populações pauperizadas que lutam por melhorias urbanas (KOWARICK, 2000, p.36).

No período anterior a 1978, a forte vigilância e repressão impediam qualquer ação de maior envergadura dentro das fábricas, o mesmo ocorrendo com os sindicatos. Nesse contexto, nos espaços do bairro passaram a existir iniciativas que visavam retomar a luta nas fábricas. É o período em que nascem os primeiros sinais de resistência operária, no mais das vezes, fora dos locais de trabalho.

[...] *Os trabalhos de bairro permitiram o surgimento de inúmeros militantes, coisa que só o trabalho no interior das fábricas não garantia ou fazia em escala muito reduzida. Vários são os exemplos de operários que antes de assumirem uma ação militante nas fábricas, passaram pelo aprendizado de organização e luta nos bairros. Também são vários os exemplos de pequenas lutas desenvolvidas nas fábricas preparadas por operários a partir de seu local de moradia.*(TELLES, 1982, p.19/20 apud KOWARICK, 2000, p. 37)

Neste sentido, em incontáveis pontos da Metrópole despontaram, desde o início dos anos 70, grupos e associações que discutiam as condições espoliativas da vida cotidiana, pressionando de múltiplas formas os poderes públicos e, mais do que isso, trazendo à tona problemas que forjaram uma *consciência de exclusão* que passou a ser o elo de reivindicações entre os moradores de numerosos bairros das periferias da Metrópole: Naquela época, em clubes de mães, associações de jovens e outras, as pessoas passaram a perder o medo de pensar e agir e, de forma ainda embrionária e fragmentada, começaram a esboçar um “*campo de resistência e organização popular*”, despertando uma “*consciência de insubordinação*” colocada contra o autoritarismo do sistema político, e que contribuiria para as ações de “*desobediência civil*”, greves, passeatas, ocupações de terras e inúmeros outros tipos de manifestações organizadas ou espontâneas que passaram, no decorrer dos anos 70, a desafiar abertamente a ordem instituída. (KOWARICK, 2000, p. 36/37/38, grifos do autor)

Penso que podemos aprender importantes lições dessa história paulista, quanto às implicações do engajamento de uma população na luta por suas condições de moradia, que se aplicariam perfeitamente aqui no Rio de Janeiro.

As ocupações dos sem-teto nesta cidade possuem um nível de organização e essa intensidade de luta é muito ameaçadora para os grandes proprietários de terras e de prédios abandonados, que apostam na especulação imobiliária e latifundiária para lucrar, assim como para o Sistema Capitalista como um todo, pois indica uma brecha, onde são desafiados, onde são denunciados em suas injustiças, onde um possível é criado para a vida acontecer com dignidade. As ocupações dos sem-teto e dos sem-terra, denunciam dupla ilegalidade: 1) pela Constituição Federal, todos têm direito à moradia e ao trabalho, o que é negado a esses grupos, e a uma grande parcela da população; 2) pelo Estatuto das Cidades, é ilegal que um imóvel não tenha uma função social. Enfim, os sem-teto têm um lema que me parece extremamente pertinente:

“SE MORAR É UM DIREITO, OCUPAR É UM DEVER”.

O quê significa isso? Ocupar um prédio abandonado ou uma terra improdutiva é estar cumprindo a lei duplamente: garantindo moradia e trabalho para a população; dando um fim à improdutividade da terra e uma função social, a um prédio abandonado.

Todas essas lutas fazem parte de um patrimônio histórico, onde novas estratégias de organização, de reivindicação são inventadas. Veremos a seguir como nos anos oitenta os movimentos sociais vão se apresentar como novos atores em cena (SADER, 1988).

## **1.2. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS – UM POUCO DE HISTÓRIA**

Eder Sader (1988) mostra como, em São Paulo, nos anos 1970/80, à partir da organização de movimentos sociais populares, um novo sujeito social e histórico foi forjado. Novo por três motivos:

[1] “criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado [...] [;]

[2] se trata de um sujeito coletivo e descentralizado [...] despojado das duas marcas que caracterizaram o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de

onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam idéias e representações [...] [redefinem-se] a cada efeito das decisões e atividades realizadas” ;  
[3] Não é um sujeito-engrenagem ou sujeito-máquina numa instituição, como a Igreja, o sindicato e as esquerdas, que estavam “descoladas” de seus públicos, e logo, em crise<sup>16</sup> (SADER *apud* CHAUI, 1988, p. 10).

Os Movimentos Sociais que se configuram nessa época têm como característica nova, a autonomia. A busca de modelos de organização coletiva tem raízes históricas, mas é importante ressaltar aqui a forma de trabalho de base do Movimento Operário Italiano - MOI. Práticas políticas novas, de resistência aos modos hegemônicos de estar na cidade<sup>17</sup>, críticas e criativas, não reativas. Junto com Vanzan, citando James Holston, (1996), poderíamos dizer que uma

cidadania insurgente constitui-se tanto em organizações formais como em simplesmente, práticas cotidianas que desordenam ou subvertem as agendas do Estado (1996, p.249), ou seja, introduzem na cidade novas práticas que perturbam ou rompem com categorias normativas e aceitas da vida social (VANZAN, 2006, p. 13).

Marilena Chauí resume as três inovações que Sader (1988) traz: “um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano), numa prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias)” (CHAUI, 1988, p. 11/12).

O autor valoriza a experiência popular; práticas, valores, cotidianos, uma presença no campo político que vão construindo uma história. A experiência dos movimentos gera novos espaços públicos e uma posição crítica dos atores em relação às instituições políticas representativas. Essa experiência produz e adquire conhecimentos políticos que estão em relação dialética de potencialização com a prática. A experiência assim ganha uma politização, tecendo, como diz o próprio Sader, práticas instituintes. A experiência gerando conhecimento político.

---

<sup>16</sup> A igreja se reformula à partir da Teologia da Libertação; a esquerda, no corpo teórico sistematizado que havia formulado acerca da luta contra o capitalismo; o “novo sindicalismo” ocupa um lugar institucional de apoio aos trabalhadores nos conflitos na esfera trabalhista. Essas três instituições se desfazem e refazem no discurso e na prática, informando e formando os movimentos sociais populares.

<sup>17</sup> Noção de resistência inspirada na dissertação de mestrado de Vanzan (2006): “*formas de resistência, ou seja, como produtoras de práticas não hegemônicas de se vivenciar o espaço urbano*” (p.14).

Quando Sader fala que “novos personagens entraram em cena”, ele não quer retratá-los como mitos heróicos, ou como ilusões que passaram porque seus projetos políticos não foram atingidos. Segundo Chauí (1988), Sader objetiva, com o título do livro, apontar que “as chamadas classes populares passaram a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação” (CHAUÍ, 1988, p.15).

Eder Sader coloca que, depois de 1º. de maio de 1980, quando houve a primeira grande manifestação em que as reivindicações trabalhistas transferem os limites da luta salarial, ganhando a solidariedade de “Pastorais da Igreja, parlamentares da oposição, Ordem dos Advogados, Sindicatos, artistas, estudantes, jornalistas [e] professores, [que] assumiram a greve do ABC como expressão da luta democrática em curso”. (SADER, 1988, p.27), a configuração política dos Movimentos Sociais e o fechamento do Estado mostraram que aqueles só poderiam se desenvolver à parte da institucionalidade estatal. O autor critica o entendimento da emergência dos Movimentos Sociais dessa época a partir apenas das “*condições objetivas dadas*”, pois em assim fazer, se deixa de lado as mediações simbólicas que instituem as “*necessidades objetivas*” enquanto necessidades sociais (SADER, 1988, p.42), perdendo-se a singularidade de cada movimento social.

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiram com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. (SADER, 1988, p.35/6).

As “*condições necessárias à reprodução da força de trabalho*”<sup>18</sup> são condições de reivindicação comuns aos diversos movimentos sociais. Porém o tipo de ações que esses efetuam para alcançar seus objetivos, ou seja, o *modo* como elaboram um conjunto de

---

<sup>18</sup> São bens e serviços que necessários para a sobre-vida e a vida dos trabalhadores, de modo que estes possam continuar trabalhando, tais como: saúde, educação, instrumentos de trabalho, horas de descanso, vestuário, transporte, lazer, moradia, saneamento, etc.

práticas é singular e depende dos significados que orientam suas ações, além da “importância relativa [atribuída] aos diferentes bens, materiais e simbólicos” (SADER, 1988, p. 43). Nesse sentido, essa diferença depende, além desses fatores, de três outros:

[1]“do significado daquilo que define um determinado grupo enquanto grupo (...) da sua identidade derivada da posição que assume. Tal identidade se encontra corporificada em instituições determinadas, onde se elabora uma história comum que lhe dá substância, e onde se regulam as práticas coletivas que a atualizam (...);

[2]do modo como se articulam objetivos “práticos” a valores que dão sentido à existência do grupo em questão. Podem lutar por benfeitorias para seu bairro sem querer imiscuir-se nos conflitos políticos por respeito à ordem vigente. Podem lutar por tais melhorias através da mobilização política que imaginam contribuir para a transformação da sociedade.(...);

[3]das experiências vividas que ficaram plasmadas em certas representações que aí emergiram e se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos, seus inimigos, o mundo que o envolve” (SADER, 1988, p. 43/44/45).

Sader coloca que é necessário repensar a relação entre as condições de existência postas aos trabalhadores – o capitalismo, o fordismo, as condições de trabalho, o Estado de Bem-Estar Social – e as características dos movimentos sociais. E. P. Thompson é citado:

“As classes sociais acontecem à medida que os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e *experimentam* suas situações determinantes, dentro de um “conjunto de relações sociais” com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais.” (THOMPSON *apud* SADER, 1988, p. 44).

Sader acrescenta que a *experiência* das condições dadas produz a constituição histórica das classes. Tais condições estão inseridas em significações culturais que precisam ser tratadas. “E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais.” (SADER, 1988, p. 45).

A “realidade objetiva” foi constituída enquanto realidade social pelos significados das ações sociais que a produziram. Sader coloca que a realidade objetiva é fruto das ações sociais que se objetivaram, uma convergência de exterioridades aos sujeitos e de suas próprias práticas que se institucionalizaram. Dessa forma, as classes são uma realidade virtual, uma condição experienciada, que, ao ser reelaborada, é então transformada.

Castoriadis fala que a sociedade está “inserida em uma continuidade histórica e por consequência co-determinada pelo que já se encontrava aí, trabalhando sempre com um simbolismo já dado e cuja manipulação não é livre”.(CASTORIADIS, 1982 *apud* SADER, 1988, p. 45). Porém, para Castoriadis, o “fazer histórico” é indeterminado e autônomo; além de conter “uma capacidade criadora da imaginação [que] produz novos significados” (SADER, 1988, p. 46). Sader adiciona que se configuram práticas instituintes através de “alterações nas práticas coletivas dos trabalhadores, como reelaboração do imaginário constituído, através de novas experiências, onde se produzem alterações de falas e deslocamentos de significados”. (idem).

O autor procede a estudar a questão do sujeito. Na assembléia do Movimento do Custo de Vida, em 20/06/1976, dom Mauro Morelli diz que “nós devemos nos tornar sujeitos da nossa própria história”. É uma forma precursora de se referir ao *sujeito coletivo*, já mencionado por J.A. Moisés (“novo sujeito coletivo”), J.C. Petrini (“sujeito popular”), Leonardo Boff (“novo sujeito histórico”) e S. Caccia Bava:

A articulação destes novos espaços públicos, a troca de experiências e a criação de novos valores entre os trabalhadores através desses processos de mobilização colocam como possibilidade histórica a expressão independente e autônoma dos trabalhadores e sua constituição enquanto *sujeito político*. (BAVA, 1983 *apud* SADER, 1988, p.52).

Penso que todos esses autores, quando se referem aos Movimentos Populares, se referem a *movimento* em três sentidos:

1. individual, de mover-se individualmente;
2. do devir, movimento da vida, que Zarifian, se refere como “o devir comum e as convicções partilhadas que animam o engajamento nesse devir”, (ZARIFIAN, 2003, p. 114);
3. do movimento coletivo, a luta coletiva para alcançar objetivos comuns, com valores e práticas derivadas desses valores.

Eder Sader explica do que se trata seu conceito de “sujeito coletivo”:

(...) uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.(SADER, 1988, p. 55).

Sader dá visibilidade à dificuldade dos participantes dos Movimentos Sociais populares de passar da discussão em pequenos grupos, com os quais já estão familiarizados, para discussões públicas mais amplas. É um “salto violento”, segundo uma fala feminina; pois é um salto da segurança para o devir, para o desconhecido. Outra dificuldade é o salto entre o que já se sabe para entender o que o outro sabe, o que o outro fala “numa outra língua”, e transmitir a “minha língua” para ele. Da superação dessas dificuldades nasce a solidariedade.

Entre as dificuldades, ilusões e ambigüidades enfrentadas pelos movimentos enquanto sujeitos coletivos estão em uma tendência à paralisia e a preservação de lideranças populares. No primeiro caso, a rotina tende a se instalar, e a paralisia pode ocorrer devido às dificuldades materiais, principalmente após derrotas, e paradoxalmente, após vitórias também. Entre as lideranças, a manutenção de mecanismos que não avançam, pode figurar-se entre as ilusões que continuam, “convencendo a massa”<sup>19</sup>. Principalmente quando essas lideranças dão um exemplo para os outros integrantes em termos de luta ou preservam a memória do movimento.

Veremos a seguir um exemplo dos movimentos sociais de luta pelas condições de vida dos anos oitenta que nos ajudará a pensar as estratégias nas ocupações.

### **1.3. O CLUBE DE MÃES**

O Clube de Mães da periferia sul de São Paulo começou, segundo algumas perspectivas, em 1972, na Igreja de Vila Remo. Foi uma organização de donas de casa que começou quando o padre Egídio disse às mulheres assistencialistas do Lions Club que não precisavam voltar para organizar os eventos ou dar coisas para as donas de casa, que elas podiam se organizar “por elas mesmas”. Constitui-se, com o passar de muitas reuniões de

---

<sup>19</sup> Convencer a massa da necessidade de lideranças leva a uma incapacidade de se mover a um outro patamar, no sentido da manutenção de mecanismos que não avançam, devido à força dessas práticas e representações no imaginário e da facilidade de se cair nessas armadilhas na prática. Poderia se dizer, que, às vezes, essas lideranças goram, se frustram, não tem efeito, se inutilizam. Um exemplo disso foi um senhor que morou na Ocupação Chiquinha Gonzaga no início da ocupação. Ele era pastor, ou se dizia como tal. O plano dele era se tornar líder da ocupação, fazer um acordo com o INCRA (proprietária do imóvel) e vender o prédio, ficando com uma parte do lucro. Obviamente o plano dele foi descoberto por suas práticas conciliatórias e autoritárias, centralistas e representativas, e esse senhor foi expulso da Ocupação. Dados obtidos por vivência da autora na referida ocupação.

mães, uma coordenação do clube, e a luta contra a injustiça foi posta na agenda do dia, como superação do assistencialismo. “(...) A expansão dos clubes de mães é inseparável da expansão das comunidades de base no mesmo período” (SADER, 1988, p. 203).

A iniciativa do padre Egídio estava de acordo com a orientação geral de agentes pastorais de alguns setores da Igreja Católica. Esses setores articulavam o cristianismo com um compromisso histórico de transformação social, de libertação do povo da opressão (como foi o Êxodo na Bíblia). O investimento na solidariedade e participação na vida coletiva. Teologicamente falando, seria construir o Reino de Deus na Terra.

Os agentes pastorais trabalharam o Evangelho, “como parâmetro para julgar as injustiças da realidade cotidiana do grupo”, assim como “lhes ajudaram a passar das relações informais para a formalização de objetivos e meios necessários ao seu desenvolvimento” (idem, p. 204). Mas foram as próprias integrantes que desenvolveram práticas coletivas de sustentação a essa base.

Três motivos principais que atraíram as mulheres ao clube de mães. Em primeiro lugar, lá se podia falar do Evangelho com “pares” e não apenas ouvir os padres. Isso estimulava as mulheres a compartilharem o esvaziamento de suas vidas domésticas causado pelas duplas ou triplas jornadas de trabalho. Os clubes se tornaram uma extensão do mundo feminino, uma extensão das relações de mulheres que tenham problemas comuns.

Um segundo motivo foi para sair um pouco da rotina opressiva.

O terceiro motivo era para adquirirem saberes-fazer, aprenderem atividades novas, ou simplesmente participarem, por exemplo, de um curso de gestantes.

No clube de mães, essas reuniões tinham um funcionamento próprio, provocado pelas motivações já mencionadas; eram semanais e aconteciam em dois tempos:

- 1) o trabalho coletivo;
- 2) discussões sobre incluir equipamentos urbanos necessários à reprodução dos trabalhadores.

Na primeira etapa, todas dedicavam-se a trabalhar: crochê, tricô, artesanato, etc. O trabalho servia para integrar as recém-chegadas com o restante do grupo, para aprender uma atividade nova com uma mãe mais antiga no clube. Durante os trabalhos, a conversa sobre problemas cotidianos: o marido, o trabalho doméstico, os filhos, a carestia (alto custo de vida), a falta de equipamentos urbanos necessários aos seus bairros. Isto trazia à tona,



através de uma elaboração coletiva desses discursos, uma consciência de gênero, uma consciência de luta pela garantia dos direitos, uma consciência de classe. Diz Sader que, “a importância dessa parte está no fato de retomar atividades habituais, tradicionalmente vinculadas aos papéis femininos, e dar-lhes um caráter coletivo” (idem, p. 207).

No segundo momento, fazia-se a leitura da Bíblia, seguida de orações, ou releitura do Evangelho a partir das experiências da realidade das mães. Essa leitura propociona referências a valores existenciais mais profundos, como justiça, libertação. O amor político e reivindicativo do Cristo. Nesse sentido, começou uma desnaturalização de certas opressões domésticas entre elas. Coletivizando suas angústias, viram que seus problemas logo podiam ser transformados por novas práticas sociais e políticas.

Os temas discutidos nessa parte da reunião eram canalizados para a esfera pública, na forma de reivindicações às autoridades competentes (para a construção de creches, escolas, postos de saúde etc.). Outro aspecto abordado nessa parte da reunião foi a construção de mutirões para resolver problemas coletivos, de centros comunitários e o cuidado com as crianças. Este autor afirma que “os problemas que motivam as ações coletivas são aqueles relacionados com “tarefas” atribuídas à mulher na divisão do trabalho instituída socialmente” (idem, p. 208).

As formas de luta eram extremamente simples: formavam uma comissão e iam até a autoridade pública, reivindicando, por exemplo, água para seus bairros, ou entregando abaixo-assinados contra a carestia. Esta última estratégia foi a mais popular, culminando num abaixo-assinado de mais de um milhão de assinaturas, recolhidas pelo Movimento do Custo de Vida. Este movimento se formou principalmente pela força do Clube de Mães, apoiada também por membros de comunidades de base e associações de bairro, além de outros grupos de base de movimentos: moradores de loteamentos clandestinos, grupos de jovens, grupos sindicais, parlamentares, estudantes, militantes de esquerda etc. (idem, p. 215). O abaixo-assinado foi enviado ao governo, que o desqualificou. Esse fato desmobilizou o Movimento do Custo de Vida.

As mulheres deste Movimento e do Clube de Mães tinham sob expectativas de preencherem determinados papéis e priorizarem certos valores. Elas questionavam estas expectativas, colocando a questão de gênero sob discussão, mesmo que de forma não planejada, transformando suas relações domésticas. Nas palavras de Eder Sader:

A consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano. E justamente a “revolução” de expectativas produzida por essas mulheres esteve na busca de uma valorização da sua dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na participação coletiva numa luta coletiva no que consideraram as injustiças de que eram vítimas. E, ao valorizarem a sua participação na luta por seus direitos, constituíram um movimento social contraposto ao clientelismo característico das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas. (SADER, 1988, p. 222)

O discurso engajado das mães forjou uma nova concepção política, que também apontava para a criação de novos sujeitos coletivos.

Através da análise das estratégias usadas pelo Clube de Mães verificamos que um espaço que une a produção cooperativa com a discussão coletiva das questões é algo relativamente simples de ser produzido, e extremamente potente em termos de organização do Poder Popular. Põe em prática a ação direta, mesmo que de forma limitada. Respeita os poderes instituídos a ponto de tentar dialogar. O que se prova infrutífero num certo sentido, a exemplo do não-conhecimento das autoridades do abaixo-assinado do Movimento do Custo de Vida. A desarticulação conseqüente deste movimento, mostra a sua fragilidade. Na medida em que depende tanto do governo para atingir seus objetivos, e o governo falha – o que, convenhamos, é comum nos sistemas (capitalistas) o movimento também se desorganiza. A autonomia aparece aqui como a solução óbvia desse problema.

A força das mães é impressionante. Mudanças revolucionárias elas trazem, pois ao assumirem suas lutas como lutas políticas, influenciam toda uma esfera doméstica, de forma muito intensa. Filhos, maridos, vizinhos, todos são profundamente afetados pelas transformações nas práticas e idéias dessas mulheres. Elas que exercem prioritariamente as tarefas domésticas, a criação dos filhos e o cuidado do marido. Atividades também podem ser consideradas como trabalho doméstico. Logo, no caso do Clube de Mães, estamos também falando de trabalhadoras. Quando falamos em trabalhadores, não podemos esquecer que a força de trabalho é exercitada dois gêneros: o masculino e o feminino. Não trabalharemos aqui as relações de gênero, mas queremos pontuar a relevância desses estudos para se compreender as ocupações, as muitas atividades que incluem cuidar do espaço, das crianças

e da alimentação. Historicamente consideradas e englobadas nas tarefas destinadas das mulheres.

Depois de um vôo pelos Movimentos Sociais dos anos oitenta, voltemos a seguir para as ocupações, começando pelo seu contexto histórico e geográfico.

#### **1.4. HISTÓRIA, GEOGRAFIA E POLÍTICA HABITACIONAL DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

A partir do início da década de sessenta, houve um processo de degradação das áreas portuárias de muitas cidades brasileiras, devido a mudanças tecnológicas que afetaram o carregamento, o transporte e o armazenamento dos produtos (contêineres). Estas mudanças geraram a obsolescência de áreas e estruturas portuárias, além de aumento do desemprego nos portos devido à diminuição destes<sup>20</sup>. Ainda por cima houve a construção de grandes avenidas, que recortaram a região, gerando uma ruptura no tecido urbano. Um êxodo residencial e econômico ocorreu em consequência da degradação dessa região.

Hoje, o quadro que define a área é formado por espaços ocupados por armazéns vazios, galpões e linhas ferroviárias de alimentação do porto desativadas ou subutilizadas, ruas quase sem calçadas, moradias em estado precário, iluminação pública deficiente, grandes avenidas com tráfego pesado e desconexão econômica e social com o restante da Cidade.

Quando falamos da Cidade do Rio de Janeiro, importa notar que nesta região da cidade se realizava a venda dos escravos que chegavam da África. Assim, representa uma pesada carga cultural e histórica, uma triste memória, que, não é preservada e elaborada. A prática sistemática dos urbanistas de nossa cidade tem sido a de promover o esquecimento e silenciamento da história das populações empobrecidas urbanas.

Hoje, (2007) a Prefeitura da Cidade, na pessoa do prefeito César Maia, prefere tentar camuflar e esquecer, ao não incentivar a preservação da memória histórica com um “turismo histórico”, excursões de escolas, de turistas com guias, etc. na região. Além disto,

---

<sup>20</sup> Muitos, no Rio de Janeiro, já estavam acostumados a ficarem nesta área, e viraram mendigos, dormindo na Praça Mauá e no Largo da Prainha; conta um habitante da Saúde.

são propostos “embelezamentos” constituídos por galpões laranja (marca da prefeitura) que hoje são o que se denominou Cidade do Samba na região portuária.

Há resistências que se constroem tanto em planos governamentais, quanto sociais. Por exemplo, a Política de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais da Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Ações como esta e Movimentos Populares têm combatido este processo de degradação.

O direito à moradia nestas e noutras áreas, enquanto localidades do espaço urbano, são garantidas constitucionalmente, mas são solapadas através das práticas de segregação das populações que ali habitam implementadas pelo Estado. Segundo a Constituição Federal (1988) é direito de todo cidadão:

salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família *com moradia*, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Sendo assim, a moradia hoje é garantida pela constituição do país, que é desobedecida pelo próprio Estado.

A relevância destes empreendimentos seria a possibilidade de estar cobrando do governo que, se os moradores da Zumbi e da Quilombo forem expulsos, então o governo tem que realocá-los para outras casas ou apartamentos de preferência nessa região.

Porém, o que não é dito oficialmente é que o Ministério das Cidades silencia no mesmo momento em que um outro órgão governamental (o INSS), proprietária do imóvel transformado em ocupação (Zumbi dos Palmares), tenta promover a remoção de moradores desta ocupação. Dessa forma, os moradores continuam até o momento (agosto de 2007) com a reintegração de posse, que já foi concedida judicialmente ao INSS, pairando sobre suas cabeças como um fantasma. O que se ocorreu durante um período foi uma desmobilização generalizada dos moradores em relação às questões que necessitam serem resolvidas como o estado hidráulico do prédio (que veremos com mais calma mais adiante), uma desorganização e desintegração do coletivo, a ser visto na pequena participação até numérica nas Assembléias, quanto mais no que tange ao poder de resolução de conflitos e problemas internos e externos da ocupação; mas sobretudo nas crianças.

Assim diz o Ministério das Cidades, em seu endereço eletrônico

O modelo de desenvolvimento urbano que orientou o crescimento dos grandes centros do país nas últimas décadas tem se pautado na expansão horizontal da cidade. Esse processo gera periferias pobres e subequipadas (...) [e] o abandono e degradação dos centros tradicionais.

(...) nas áreas centrais e consolidadas da cidade que sofreram processo de esvaziamento de atividades e evasão populacional é extremamente difícil hoje a venda de imóveis vazios, já que sua utilização requereria reformas que, freqüentemente, mudariam inclusive o tipo de uso do imóvel (de comercial a residencial, de hoteleiro para residencial e outros) (...) (<http://www.cidades.gov.br/>).

Apesar da percepção do problema, pouco tem sido feito.

A ocupação Chiquinha Gonzaga, que não se situa na Zona Portuária, mas sim próximo a ela, era um hotel do INCRA. Isso tornou a sua reabilitação para o uso residencial não muito complicado.

No início da ocupação Zumbi dos Palmares, feita no prédio do INSS, havia até máquinas de Raio-X perigosas para a saúde que tiveram que ser removidas. Há poucos banheiros, 04 por andar no máximo. E todas as 120 famílias estão distribuídas por 07 andares. Isso significa uma média de 17 famílias por andar. Se cada família tiver 04 pessoas, isso significa uma média de 68 pessoas para 04 banheiros, ou 17 pessoas por banheiro!

Na Zumbi há constantes inundações e vazamentos internos, devido à estrutura hidráulica do prédio, que não acomoda tantos moradores. Alguns apoios fizeram um projeto para reconstruir a hidráulica do prédio. O que requer dinheiro e organização para fazer a obra. Como há uma desmobilização na Zumbi, no momento não há previsão de quando esta obra começará.

## **1.5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS OCUPAÇÕES**

Uma questão também apareceu no campo de análise, que antecedia à metodologia, como condição mesma de estar pensando as metodologias: como se dá a organização do trabalho dentro das ocupações?

A partir da minha experiência como apoiadora da ocupação observei que existe uma relação não-causal entre a forma de organização de trabalho e a saúde das pessoas que a habitam. Analisemos o que é “organização de trabalho” para Christophe Dejours. Depois discutiremos como se dá a organização do trabalho nas ocupações citadas, e de que forma ela se relaciona com a saúde.

Dejours (1991) aponta que:

*A luta pela saúde do corpo conduzia à denúncia das condições de trabalho.*

*Quanto ao sofrimento mental, ele resulta da organização do trabalho.*

Por condição de trabalho é preciso entender, antes de tudo, ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc.), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças etc.), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho.

Por *organização do trabalho* designamos a *divisão do trabalho*, o *conteúdo da tarefa* (na medida em que ele dela deriva), o *sistema hierárquico*, as *modalidades de comando*, as *relações de poder*, as *questões de responsabilidade* etc. [...] A partir de então se confrontam, sem intermediário, a vontade e o desejo dos trabalhadores e o comando do patrão, concretizado pela organização do trabalho.”(DEJOURS, 1991, pg. 25, grifos nossos).

E nas ocupações, como se dá a divisão do trabalho? Como são os conteúdos das tarefas determinados? Como é o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder? Quem é responsável pelo quê? <sup>21</sup>

Precisamos, então analisar como se dá a organização do trabalho nas ocupações, tomando como partida estas perguntas.

---

<sup>21</sup> Consideramos, como veremos no capítulo II, que a atividade de ocupar e passar pelo processo de “formação de novos sujeitos políticos” (SADER, 1988), é trabalho. Notamos que as condições de trabalho nas ocupações são precárias. Na ocupação Zumbi dos Palmares, quando os ocupantes fizeram um mutirão para limpar todos os 8 andares do prédio, todos ficaram com problemas de pele posteriormente. Devido ao abandono do prédio por tantos anos, haviam agentes químicos e biológicos que prejudicaram a saúde dos ocupantes. Em termos geográficos, as ocupações se situam também em regiões precárias. A Chiquinha Gonzaga está situada na Rua Barão de São Félix. Esta rua tem um sistema de esgoto muito antigo, pois próximo de onde a Chiquinha está localizada hoje, se localizou, em fins do séc. XIX, o maior cortiço do Rio: o “Cabeça de Porco”. Hoje em dia, quando chove, esta região se alaga de esgoto, que vai carregando o lixo putrefato e as fezes humanas e de animais que se deposita nesta rua.

Como se determinam as tarefas e os conteúdos das tarefas a serem realizadas nas ocupações citadas? Como se dá a divisão das tarefas?

As tarefas a serem realizadas podem ser divididas em várias fases. A fase inicial envolve a organização e o planejamento da ocupação, que pode durar vários meses. Inicialmente, todos os interessados participam deste planejamento. Quem não participa não pode se cadastrar para receber um quarto na divisão dos quartos quando o imóvel for ocupado e devidamente limpo, com água e eletricidade<sup>22</sup>.

Todos participam desta etapa, que é feita na forma de reuniões para divisão coletiva das tarefas tanto nesta fase quanto na fase posterior, que é a entrada no prédio, e a conseqüente necessidade de se gerenciar o contato com a polícia, com os proprietários, com a mídia, com os apoios como os estudantes, outros movimentos e sindicatos.

Na fase de planejamento, algumas pessoas são designadas para fazer o cadastro dos futuros moradores, outros para pesquisarem possíveis prédios, outros para contatarem advogados envolvidos com causas populares e assim por diante. Vemos, em cada etapa da ocupação, que os ocupantes fazem um uso do que Dejours (1994) chama de “inteligência astuciosa”, na medida em que eles têm que resolver problemas e tomar decisões apenas possíveis quando se está “encharcado” da experiência de ocupar, que aqui estamos chamando de trabalho<sup>23</sup>. Podemos ver vários exemplos disso, como a valorização subjetiva e de construção de uma identidade a partir do reconhecimento do coletivo de que cada um tem uma contribuição singular nas Assembléias, na própria escolha do prédio, na transformação de prédios de repartições públicas em prédios de moradia.

Na fase da ocupação em si do prédio, os sem-teto vão chegando em grupos, à noite, e algumas pessoas arrombam a porta. Outras começam a verificar, uma vez dentro do prédio, quais são as condições de permanência no prédio, como o sistema hidráulico, o sistema elétrico, a limpeza do local (geralmente muito precária, devido ao abandono de, por vezes, mais de 20 anos). Outros começam já a fazer a limpeza, a determinar quantos quartos existem no imóvel, onde poderia ser a cozinha coletiva. Outros apoios que estão do lado de fora, chamam a mídia, pois quanto mais cobertura da mídia, menos chance de

---

<sup>22</sup> Muitas vezes acontece também dos ocupantes ficarem sem água e eletricidade, como no caso da ocupação Quilombo das Guerreiras. O proprietário do imóvel, a DOCAS, impediu, com seus guardas, a entrada de água e luz por dois meses.

<sup>23</sup> Ver capítulo II.

confrontos diretos e violentos com a polícia. Quem decide quem faz o quê são os próprios participantes, de acordo com a sua disponibilidade, contatos, meios, vontade, e uma certa regulação do coletivo (ex. se uma pessoa se recusar a fazer qualquer tarefa, ela pode começar a causar problemas e eventualmente ser expulsa). Essa regulação pode vir na forma de “fulano sempre faz tudo, deixa os outros fazerem mais”, ou “beltrano nunca faz nada. Deixa que dessa vez ele faça”.

Em seguida vem uma fase mais estável de litígio jurídico, limpeza do imóvel, reuniões muito freqüentes no início, mas com uma queda gradativa, estabelecimento de comissões de trabalho: geralmente na divisão do trabalho, as mulheres ficam com tarefas mais domésticas, como a cozinha coletiva, e os homens com os trabalhos mais “pesados”: obras, carregar entulho. Mas sempre há participantes de ambos os sexos nas diferentes comissões, mesmo que, às vezes como aprendizes. Os mais experientes naquela tarefa específica determinam o conteúdo das tarefas a serem realizadas com fins comuns. Por exemplo: Seu João era mestre em hidráulica. Ele era ajudado por seu Sebastião, um senhor idoso, com quem Seu João tinha carinho e paciência, e por Maria, que não sabia nada do assunto, mas estava sendo ensinada por ambos os citados anteriormente. Esse aprendizado é muito importante em termos de formação política. Aprender a trabalhar em grupo, com fins coletivos, assumindo coletivamente a responsabilidade dos problemas, e tentando discutir, mesmo que desesperadamente, soluções para as mais diversas situações que acontecem neste processo e que demandam encaminhamento pelo coletivo. Questões que são levadas ao coletivo na Assembléia, e que podem variar de “fulano roubou os 4 mil reais da obra da hidráulica” ou “beltrano foi pego transando com fulana na sala de reuniões”.

Lembro que, no primeiro dia em que fui na ocupação Chiquinha Gonzaga, me ofereci para ajudar na cozinha. Um rapaz de uns 17 anos estava tentando, sem sucesso, cortar o alho. Ele me pediu ajuda, e eu disse: “Deixa que eu faço”. Uma outra menina virou para mim e disse: “Isso reforça o “lugar de mulher na cozinha. Ensina para ele.” E esse foi para mim um analisador de como se dá a divisão do trabalho na ocupação.

A formação é um aspecto fundamental da divisão do trabalho. Além do mais, não existe uma hierarquia ou coordenação explicitamente votada. Ou seja, o sistema não é representativo. É de ação direta. Vai e faz o que deve ser feito. Independente dos sistemas políticos vigentes e dominantes, independente de instituições financiadoras, independente



dos sistemas hegemônicos de controle do pensamento e do comportamento. Claro que as influências capitalistas são ventos que sopram dentro das ocupações, mas não as derrubam por completo. Pode acontecer, como vemos no caso da Zumbi, recentemente, uma certa desmobilização e desarticulação do coletivo, uma fragmentação, um aumento da violência, um aumento no individualismo, uma solidão. Mas há pessoas que acreditam no coletivo, e apostam nele. Quem não aposta no coletivo perde as esperanças e sai da ocupação, porque as condições de trabalho e moradia, como já dissemos, são precárias.

O que os moradores fizeram das condições adversas nas quais se encontraram, é o que há de fonte de vida, de despertar de consciência, de politização saudável. Isso se dá através do conflito, do debate, da necessidade de se avançar na discussão, das tensões, através da esgrima entre os vários pontos de vista diferentes, apontando diversos aspectos de uma mesma questão.

Quanto à divisão do trabalho, todos concebem as tarefas, e muitos as executam. Não digo todos as executam. Outras vezes, as mesmas pessoas participam de muitas comissões, o quê, no processo de ocupação não é considerado produtivo. Isso porque os outros, que não querem produzir, têm que ser intimados. E, por outro lado, a pessoa que participa de muitas comissões, seja ela moradora ou apoio, se desgasta devido ao sobretrabalho.

1) Como é o sistema hierárquico?

Oficialmente, não há sistema hierárquico nas ocupações. Mas na prática, que é o que conta, há relações de poder desiguais devido a vários fatores como alianças, nível de instrução, nível econômico, capacidade de argumentação e ação, etc.

2) Como são as relações de poder?

As relações de poder na ocupação se dão a partir de uma igualdade aparente, na forma jurídica – todos os moradores têm o mesmo poder de voz e voto – mas no plano das forças, pode-se sentir uma profunda desigualdade.

O que acontece é que quando o coletivo está forte e bem organizado, articulado com outros movimentos, discutindo o que realmente importa e agindo de modo a resolver os conflitos, como é o caso da Chiquinha Gonzaga, as relações sociais dentro da ocupação são bem melhores, do que quando o coletivo está desmobilizado e desorganizado, como aconteceu durante um período, na Zumbi dos Palmares.

Há também o aspecto da solidão. Na ocupação Chiquinha Gonzaga, já houve várias pessoas reclamando de solidão. Como se vê, as ocupações não são algo ideal. São reais. São atravessadas pelo ideário neoliberal. Mas formas de solidariedade também são vistas. Muitas vezes, há pessoas sem lugar para morar, que algum morador permite que fique no quarto deles, durante algum tempo. Há construção de cooperativas de trabalho. Há alianças internas na ocupação. O problema é que acabam tendo feudos familiares. E conspirações. Conspirações o tempo todo. Os despotismos são logo derrubados, nem que sejam por outros. Mas sempre há lutas pelo poder. Reuniões secretas de cúpula, dos mais antigos. Dos apoios. Provavelmente das famílias.

As festas nas ocupações são momentos de confraternização entre as pessoas, sem tanta pressão. As ocupações precisam de mais momentos de confraternização. O Movimento dos Sem-Terra possui uma fabricação artesanal de pequenos objetos-símbolos, como parte da sua mística. A questão estética é muito valorizada. Não a estética hegemônica, mas uma estética da relação e da visão deles de mundo, da natureza. Os Sem Teto não tem isso. Talvez por morar na cidade, um ambiente mais brutalizado. Falta um trabalho de valorização da cultura singular ali produzida. A cultura é a expressão da vida em comunidade, um *holding* que permite que, por exemplo, a revolta e rebeldia dos adolescentes seja canalizada para algo com causa, uma causa que seja a efetiva transformação do objeto de seu questionamento, caso esse objeto seja nocivo para a comunidade e para a humanidade, para o planeta.

### 3) Quem é responsável pelo quê?

O ideal de responsabilização coletiva é que todo mundo enxergasse todas as coisas relativas ao coletivo, seja o prédio, as relações com as instituições e pessoas de dentro e de fora, os conflitos etc. dizendo respeito a todos. Mas isso não é exatamente o que acontece. Alguns se deixam afetar muito mais, e das mais diversas maneiras, pelo que acontece. Para alguns, as coisas do coletivo lhes dizem respeito pessoalmente. Eles defendem, trabalham, organizam o coletivo. Estão sempre nas comissões e freqüentemente se sobrecarregam. Para outros, as Assembléias nunca decidem nada, as discussões são chatas, então porque ir à Assembléia? Para outros, o coletivo lhes é irrelevante. Nunca aparecem nem na Assembléia nem participam das comissões. As ocupações são, para estes, um grande

condomínio, e para eles, a questão política passa ao largo, a ocupação é uma bagunça, não tem jeito.

Mas de uma coisa ninguém escapa: todos sofrem as conseqüências das decisões tomadas pelo coletivo, em todas as instâncias.

De acordo com o que vimos, a própria organização do trabalho na ocupação, força os ocupantes a entenderem que quanto mais participarem ativamente do coletivo, mais efeitos positivos para eles mesmos decorrerão. Muitos aprendem isso. Outros não aprendem, e vivem reclamando, adoecendo, amargando suas relações e às vezes acabam saindo da ocupação, quando acham um lugar melhor, ou quando discordam de tudo o que está acontecendo ali, inclusive ideologicamente.

## CAPÍTULO II

### 2. OCUPAÇÃO COMO SITUAÇÃO DE TRABALHO: OCUPAR É TRABALHAR

*O que caracteriza o ser vivo é, antes de mais nada, uma vitalidade, uma força (ou forças), uma potência vigorosa desse ser para se afirmar como ser na vida. O coração tem sido muito usado como imagem da vida, porque a vida é isto: um pulsar! Este pulsar, afirmação da vida tem que ser o nosso norte, o referencial para analisar, agir e recusar o que é nocivo e mudar o ambiente: perceber a beleza, o brilho, a nobreza que é a vida e a vontade de afirmá-la (BRITO et al. 2003, p.27),*

Já tendo apresentado o contexto das ocupações, dialogaremos com diferentes contribuições teóricas para compreensão da extensão do trabalho lá desenvolvido. Compreendendo que é necessário refletir sobre as possíveis modificações mais adequadas no processo de ocupação nos dispositivos de intervenção propostas pela psicologia de trabalho já expostas nas especificidades histórico-econômicas apresentadas nas ocupações. Vale a pena fazer um “passeio” pelo jardim das técnicas de análise e intervenção desenvolvidas pela Psicodinâmica do Trabalho e Clínica da Atividade, a fim de enriquecer as possibilidades de pensamento e ação que seguirão.

Primeiro, vamos explorar a definição de *saúde* em George Canguilhem (1995) e nos autores que deram prosseguimento a seu pensamento. Depois, refletiremos sobre a idéia do *trabalho*, enquanto *atividade*, segundo diferentes contribuições teóricas.

A concepção de trabalho enquanto atividade está apoiada na contribuição de Canguilhem (1995) sobre saúde e vida e também mais adiante abordaremos a importância de perceber a nocividade no meio e da transformação da nocividade como uma forma de saúde.

## 1.1 SAÚDE

George Canguilhem aborda o que nós chamamos de normalidade ou normal em *O Normal e o Patológico* (1995), de modo inseparável do conceito de *média*, porém jamais se confundindo com ela.

O modo tradicional de se pensar média aponta para a definição de Comte (1854) no século XIX. O normal e o patológico seriam uma questão aritmética. A *média*, assim pensada, remete a um valor aritmético definido numa curva de frequência de determinado atributo conhecida em estatística como *curva gaussiana*. A *média* seria o valor mais frequente, pois a curva possui valores considerados desviantes nos quais se encaixam um número menor de indivíduos.

Contraopondo-se a esta proposição, Canguilhem irá abordar aspectos qualitativos deste conceito. Como a *normalidade* se refere ao conceito de norma, ou seja, de regras a serem cumpridas para tornar possível a convivência, ou a realização de uma tarefa, Canguilhem (1995) propõe que:

Aquilo que é normal, apesar de ser normativo em determinadas condições, pode se tornar patológico em outra situação, se permanecer inalterado. O indivíduo é que avalia essa transformação porque é ele que sofre suas conseqüências, no próprio momento em que se sente incapaz de realizar as tarefas que a nova situação lhe impõe (CANGUILHEM, 1995, p.145)

O *adoecimento* surge aqui, como uma limitação das possibilidades da ação do sujeito no mundo. Quando o organismo adoece e se cura, a nova ordem não é igual à primeira, pois a vida jamais é reversível. Forma-se assim uma “nova norma individual”. A doença é um tipo de norma, mas é rígida o suficiente para não permitir que o indivíduo viva nos meios que *necessita* viver, mas apenas em meios específicos. A cura é um processo de re-aquisição das habilidades perdidas devido à doença.

A saúde não é idêntica à normalidade, pois aquela vai à direção desta, mas a ultrapassa, pois um indivíduo saudável é normativo, ou seja, é também a

possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir novas normas em situações novas. [...] A saúde é uma margem de tolerância às infidelidades do meio. [...] Sua infidelidade é exatamente seu devir, sua história (CANGUILHEM, 1995, p. 158-159).

O que seria isso? O meio é um devir, pois o novo sempre aparece e é necessário saber lidar com ele. Muitas vezes, ele nos agride, mas se não nos deixarmos afetar por ele,

acabamos por viver dentro de rígidos padrões de comportamento que deixam de lado a vida. Padrões esses, hegemonicamente vigentes em acordo com o capitalismo. Mesmo assim, o que o Canguilhem (1995) coloca é justamente a impossibilidade das rígidas estruturas deixarem a vida totalmente de lado já que a vida se expressa na produção de novas normas, mesmo que normas doentias para aqueles que não conseguem entrar em seu devir.

Seguindo esta orientação de Canguilhem, Schwartz (2000a) propõe a idéia de que o trabalho é um debate de normas; entre normas antecedentes e renormatizações. As normas antecedentes são as resultantes da história anterior do trabalhador e também aquelas que pré-existiam (ao ingresso do trabalhador) no local de trabalho. Nesse sentido, vemos que é importante enxergar o trabalho como produção de sentidos outros pelo trabalhador e não apenas mera execução de tarefas. Ou seja, ficar fixo na norma pode impedir a *normatização*. Não esqueçamos que para Canguilhem(1995) a saúde é algo que vai além do normal.

O trabalho é uma atividade humana que chama todos os seres para a ação, necessária à manutenção e/ou destruição da saúde das pessoas. Dejours (1993) fala sobre a angústia que muitos militantes, por exemplo, sentem nas suas lutas. Essa angústia, longe de ser algo patológico, é algo que precisa ser enfrentado, até para conseguir enfrentar os desafios do momento, conquistando um equilíbrio provisório. Esses conceitos têm necessariamente efeitos na prática do psicólogo. No caso do acompanhamento clínico de um militante da área social, ao surgir uma angústia desse tipo, segundo as premissas do conceito de saúde, como enquadramento em uma dita normalidade social, talvez ele devesse então trabalhar na direção do fim da militância. Mas para muitos militantes, isso geraria uma angústia ainda maior. A angústia no trabalho não deve paralisar, pelo contrário, tem que ser força motriz, gerar movimento ação. É por isso que nas ocupações, a angústia enfrentada pelos militantes na luta contra a violência do Estado, não os impede de agirem no sentido da transformação coletiva do meio.

Isso nos relaciona ao que Marx refere ao trabalho humano na sua relação com a natureza:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria

natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural, numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio deste movimento, sobre a Natureza externa a ele, e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1988, p. 142).

Saúde é a força do sujeito para potencializar suas condições de existência, de modo que a vida, ali presente, possa ganhar mais consistência. O quê seria “potencializar suas condições de existência?” Que o sujeito faça uso de suas condições existenciais e materiais de produção, o mais próximo possível à capacidade total delas. Dessa forma, a vida – que é alcançada justamente por uso radical das nossas capacidades. Chegando a um esgarçamento destas. Pode fluir, pelo menos até chegar ao próximo embate.

Também interessa o conceito de saúde, como definido por Athayde & Neves (1998):

[saúde é]...a vitalidade do ser vivo, essa busca permanente de mobilização das forças ativas, de tirar de dentro de si, das suas raízes, as energias necessárias ao viver: inteligência e afetividade para dar conta das exigências e pressões do trabalho. Desse modo, falar de saúde é falar de um cotidiano que demanda ininterruptamente uma mobilização de corpo e de alma, de energia, de sangue, de ossos, de músculos, de memória, de desejos, de ódios... saúde não é um estado ideal, não é algo estático, mas algo que se altera todo o tempo, que vai estar sempre à nossa frente. Então, saúde é antes de tudo uma sucessão de compromissos que as pessoas assumem com a realidade, e que se alteram, que se reconquistam, se definem e se redefinem a cada momento, se defende a cada instante. Por fim, saúde é um campo de negociação cotidiana e permanente por tornar a vida viável. (ATHAYDE & NEVES apud ROCHA, 2001, pg.221)

Essa definição já mostra o quanto a saúde depende do *trabalhar*. Canguilhem pode ser considerado um precursor desse tipo de análise, pois fala da saúde em relação a vários fatores, incluindo o trabalho e o meio. Ele diz que o surgimento da doença só pode ser detectado pelo próprio indivíduo, já que é ele quem mais conhece seu corpo. Não é produtivo comparar a norma biológica de um indivíduo com outro, para encontrar o que seja patológico ou não. É, então colocado como uma premissa que na saúde, o indivíduo está “à altura dos deveres resultantes do meio que lhe é próprio” (GOLDSTEIN *apud*

CANGUILHEM, 1995, p.265). Canguilhem reforça isto dizendo que Napoleão “satisfazia as exigências que lhe eram impostas” com uma norma biológica bem diferente da média.

Brito et al. (2003), afirmam que:

Falar em saúde é apontar a capacidade de lidar com o meio, refazendo-o a nosso jeito. É assinalar a capacidade que temos de desmontar algo que já recebemos pronto e que nos faz mal, desenvolvendo as condições estratégicas para a criação de novas regras, de acordo com nossos interesses, escolhendo estilos de vida alternativos às adversidades, dando um jeito próprio, singular, ao já dado..

Em outros termos, a saúde está muito ligada tanto ao meio em que vivemos quanto à capacidade que temos e desenvolvemos, individual e coletivamente, para transformá-lo segundo nossos anseios. Temos então de falar do trabalho, pois ele é central na nossa definição do nosso meio (...).(BRITO *et. alli.* , 2003, p. 29/30).

A norma social exige que estejamos sempre em atividades industriais<sup>24</sup>. Isso também é requerido por nossa própria economia psicossomática. Canguilhem faz uma “genealogia da norma e do normal” (CANGUILHEM, 1995, p.199-218), na qual ele afirma que a norma surge posteriormente à infração, justamente para contê-la, regulamentá-la: “(...) a norma é aquilo que fixa o normal a partir de uma decisão normativa” (CANGUILHEM, 1995, p. 208). A norma serve para absorver a diferença, e identifica o erro pelo desvio. Uma norma não tem função quando isolada; pelo contrário, ganha sentido quando inserida num sistema de normas. Para estabelecer esse sistema, uma sociedade precisa criar órgãos específicos de manipulação (enquanto administração) da informação e de tomadas de decisão.

Nesse sentido esses órgãos então começam a exercer uma função disciplinar<sup>25</sup> que controla os indivíduos, mas nem por isso conseguem evitar que resistências se organizem.

Daniellou et al. (1989) afirmam que:

a produção de uma empresa só é garantida na sua quantidade e qualidade, quando os operários não observam estritamente as ordens que lhe são dadas: eles compensam os incidentes por uma competência que não é

---

<sup>24</sup>“Atividades industriais” é uma expressão, utilizada por Ives Schwartz, que aponta para a necessidade e capacidade do humano de estar sempre em movimento; não tendo uma relação necessariamente direta com a indústria, no sentido do senso comum.

<sup>25</sup> Há que se levar em conta que a disciplina, esmiuçada por Foucault (1975) no livro *Vigiar e Punir*, é provocadora de sofrimento e opressão, mas também é positiva, no sentido da produção.



reconhecida (...), mantêm uma colaboração informal (...) que deve dar-se em oposição às ordens estabelecidas (DANIELLOU et al., 1989,p.12).

Levando essas dimensões em consideração, podemos nos perguntar: o que exatamente é trabalho?

A seguir, vamos analisar como teorias diferentes abordam esta questão.

## 1.2. TRABALHO ENQUANTO ATIVIDADE

Inevitavelmente, a temática do *trabalho* toca a todas as pessoas devido à sua abrangência e importância; o trabalho é um fator que está presente na vida de todas as pessoas (mesmo que na forma de negação, como no desemprego - contemporâneo), constituindo a sociedade.

Athayde (2002) aponta para o fato de que o trabalho envolve a linguagem, a conversação e uma emoção forte: a amorosidade<sup>26</sup>. Assim, é impossível falar de trabalho assim como falar de *phatos*, sem falar de afetar e ser afetado. Para Maturana (1988)<sup>27</sup>, a sociedade humana foi constituída pelo amor: “El amor es la emoción que funda el fenómeno social. [...] las emociones son disposiciones corporales dinámicas que especifican en cada instante el dominio de acciones en que nos movemos en ese instante.” (MATURANA, 1988, p. 249).

Ainda segundo Athayde, o trabalho é uma atividade de experiência e pode ser identificado com a vida:

[...] para a espécie é uma descoberta que se faz no próprio processo, onde, inclusive os vários órgãos do corpo vão procurando, vão encontrando uma certa articulação – o que, no futuro, com a psicossomática, a gente vai chamar de economia psicossomática [...] [que] precisa ser, em certa medida, garantida, testada, experimentada e cuidada para que [...] esse psiquismo não entre num processo de desestruturação (ATHAYDE, 2002).<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> Referências de aula proferida pelo professor Milton Athayde, em 12.03.2002, na UERJ, Rio de Janeiro.

<sup>27</sup> Biólogo que, juntamente com Francisco Varela, criou o conceito de *auto-poiesis* da vida - autocriação ou invenção, em contraposição às teorias criacionistas e evolucionistas tradicionais.

<sup>28</sup> Anotações de aula proferida pelo professor Milton Athayde, em 12.03.2002, Rio de Janeiro, UERJ.

Marx (*apud* SOUZA, 2002, p.120) diz que quando os indivíduos produzem em sociedade, ocorre também uma produção de indivíduos socialmente determinada. No trabalho, o homem transforma o meio, transformando-se, no processo.

Athayde aponta que:

Uma das características do trabalho é seu caráter múltiplo, há uma pluralidade de sentidos. Normalmente numa sociedade encontramos várias palavras para designar trabalho. Por exemplo, na sociedade grega uma delas é *poiese* (poesia, criação) e as pessoas se amarram numa afirmação de filósofos de que trabalho é para escravos (Aristóteles)<sup>29</sup>.

O trabalho é um objeto histórico, não podendo ser tomado como essência humana. Vão se produzindo historicamente significados diferentes para o trabalho em cada época. A experiência de uma “atividade industriosa” que envolve transformação do meio e de si mesma é um debate de normas, (SCHWARTZ, 2000b) atravessa as épocas e amplia a idéia de trabalho para um campo da vida e do movimento.

Trabalho, nessa concepção, pode ser uma forma de realização potencial a potência do sujeito, dependendo das condições históricas. O trabalhador passa a conhecer até onde é capaz de vencer os obstáculos encontrados no meio, a fim de transformá-lo, pelo menos que esteja ao seu alcance realizar.

Por muito tempo, apenas o “trabalho abstrato”, ou seja, o trabalho visível empiricamente, aquele que é a manifestação corporal da prescrição, foi o objeto privilegiado de análise. Desse modo, o trabalho não poderia ser o lugar (onde encontrar a subjetividade. Pois, se pergunta Schwartz (2000b): “A indiferenciação dos seres não está aí postulada pela seriação das coisas ou pela codificação dos procedimentos?”.

Ele vai defender, no decorrer do texto, que o trabalho é, sim, um lugar onde o *sujeito*, se manifesta já que, de alguma forma, os trabalhadores burlam as instâncias de vigilância, modificando, até certo ponto, o modo operatório heterodeterminado, para adequar os instrumentos de trabalho e a cadência às suas características. Dessa forma, há um debate de normas subjetivas no trabalho.

Citando pesquisas com operadores de trens na França, Schwartz afirma que o trabalho exige um grande esforço intelectual. Muitas vezes, o operador simula mentalmente

---

<sup>29</sup> Idem.

situações imprevisíveis ou acidentes, para saber que decisões deve tomar nestas circunstâncias. Sente prazer em usar suas capacidades a as de seus instrumentos de trabalho, no máximo de sua potencialidade. Assim, ele constrói de modo não racionalizado uma estética no trabalho, uma elegância. Sobre esse prazer, porém, pesa sobre os condutores de trens a solidão e a “repressão do subjetivo que lhes impôs a organização do trabalho” (SCHWARTZ, 2000b, p.36). Dessa forma, antes de ir para o trabalho, o operador se antecipa, faz o percurso é obrigatório em pensamento.

Será que é fugindo das coerções materiais e sociais, da carga de trabalho, e da fadiga que este operador consegue fazer o prazer vir à tona? Podemos concluir pela argumentação de Schwartz que não, pois é no interior destes elementos, é na negociação com estes fatores que se abre “o espaço para uma gestão diferenciada de si mesmo” (idem, p. 37). O cerne do bem-estar no trabalho seria encontrar no objetivo compulsório, um ponto de apoio para a vivência do desenvolvimento subjetivo, ou seja, o “drama pessoal, a elaboração de identificações, a aprendizagem marcada de simbolismo” (idem, p. 35). A partir da atividade o sujeito constrói uma identidade, não no sentido de indivíduo único, indivisível, essencial, mas uma identidade que se transforma constantemente na atividade.

Isso, porém, pode não acontecer. Segundo a fala de um operador de fábrica da Shell Química: “a fadiga existe sempre com os mesmos sinais clínicos, mas ela atinge mais aos que não encontram na sua ocupação cotidiana motivo para satisfação ou mesmo para reflexão”(idem, p. 37).

Um trabalhador de uma pequena cooperativa na França faz eco com a essa afirmação, pois ele diz que trabalha sem a necessidade de um horário fixo, porque o que lhe importa é ou terminar um trabalho porque é urgente, ou porque “seu conteúdo me interessa e eu trabalho para conhecer o resultado”(idem). Os anseios e desejos singulares destes e de outros trabalhadores que encontram um sentido para seu trabalho sempre “buscam ancorar-se numa configuração industrial” (idem).

Nas ocupações também ocorrem esses investimentos subjetivos, pois os ocupantes/trabalhadores procuram planejar suas atividades coletivamente nas assembléias e procuram se antecipar aos diferentes desafios e problemas. Além disso, é importante evidenciar as questões subjetivas e políticas presentes em toda atividade de trabalho. Nas ocupações, o sentido do trabalho não é produzir para dar lucro a um capitalista, mas

melhorar as suas condições de vida de forma coletiva. O que não quer dizer que valores mercantis não possam entrar em debate nas ocupações. Nas lutas contra o individualismo, são levantados a todo momento, em cada discussão sobre os caminhos, as decisões que vão ser seguidos nas assembléias e atividades.

Cada experiência singular ganha sentido a partir da dimensão coletiva do trabalho. Principalmente, quando a especialização da atividade de cada trabalhador não pode mais ser isolada, mas faz parte da “usinagem da matéria”, da continuidade dos processos<sup>30</sup> que unem todos os trabalhadores ao seu redor. Schwartz (2000b) coloca a dificuldade de entender a relação entre o sentido individual do trabalho e o aspecto coletivo deste. Para isso, em termos de metodologia, usa-se a “análise com lupa, microscópica, do trabalho real” (idem, p. 38). Schwartz (idem) é categórico: “O trabalhador é coletivo ou não é”. A produção do trabalhador coletivo depende do “entendimento” entre os trabalhadores: o estabelecimento de uma cooperação. Desta, depende diretamente a produtividade. Nas palavras de Schwartz: “um elemento ‘não técnico’ tem uma pertinência direta sobre o técnico. (...) Dois elementos heterogêneos e, no entanto, inseparáveis.” (idem, p.38). É necessária a formação de uma “segunda família”, que implica em vínculos de “camaradagem” e um luto da primeira família. Só assim a história pessoal do trabalhador pode continuar, inserida no processo produtivo como um elemento, um sentido para o trabalho, permitindo ao trabalhador viver a vida pessoal em coerência com a vida social. O autor conclui que “a gestão no sentido econômico não é separável dos modos de “gestão de si mesmo” (idem, p. 39). Se isso, pode ser difícil de ser apreendido numa empresa organizada de modos tayloristas, na ocupação, é mais visível como a construção coletiva e a construção subjetiva caminham juntas.

A partir de suas pesquisas, Schwartz percebe que o trabalho não molda apenas a natureza exterior do homem, mas que há debates dos indivíduos consigo mesmos que “são tecidos com os atos cotidianos do trabalho” (idem).

Schwartz, em sua teoria sobre o trabalho como “uso de si”, afirma que os trabalhadores não podem ser vistos como robôs, aceitando todas as prescrições, nem contendo uma essência contestatória. No trabalho, existe um “uso de si”, que seria uma convocação do ser em sua totalidade: afetos: amores, ódios; ideais, valores, convicções,

---

<sup>30</sup> Em indústrias de processo contínuo, por exemplo.

desejos; corpo: músculos, ossos, órgãos; relações sociais: dialogia, comunicação, reconhecimento; história pessoal; cognição etc. Muitas capacidades são requeridas, além do que explicitamente é prescrito ou observável. Mas quem é que faz uso do sujeito? Normalmente, quando se fala de “uso” de uma pessoa, pode-se pensar “o que o outro quer de mim”. Mas vale lembrar que “o uso é formador dos indivíduos que são utilizados” (idem, p. 41). A partir das lógicas de uso da força do trabalho ser humano em cada época histórica, se pode conhecer melhor a subjetividade desse ser, como alguém em uma liberdade situada. Há, porém, uma tensão contraditória, pois ao mesmo tempo em que a prescrição requer um “uso de si por outro”, há também, concomitantemente, o “uso de si por si”: o “recentramento do meio de trabalho ao redor dos seus possíveis singulares” (idem, p. 42). Em suma: o trabalhador se permite, em parte, ser heterodeterminado, mas também ele subverte esse funcionamento para que a tarefa seja útil à sua construção. Como falam os ergonomistas, ao analisarem o “gap” entre trabalho prescrito e trabalho real: “trabalhar de outro modo já está sempre presente, no trabalhar como me dizem” (idem). O “uso de si por outros” vai desde as normas econômico-produtivas às instruções operacionais, enquanto o “uso de si por si” revela compromissos microgestionários (SCHWARTZ, 2004). Segundo este autor, “a negociação dos usos de si é sempre problemática, sempre lugar de uma dramática” (SCHWARTZ, 2004, p. 25).

Ao fazer um mau uso de si, um bom uso já se virtualiza (aparece como virtualidade). Isso, no entanto não é fixo, dado. É sempre cambiante devido à mudança constante dos “critérios ou configurações complexas onde os dispositivos materiais, objetivos sociais são impostos” (SCHWARTZ, 2000b, p. 43). É uma “afinação” constante entre as normas antecedentes e as singularidades atualizadas pelos fatores acima determinados. Pode-se fazer um paralelo do que vemos discutindo sobre trabalho com a definição do que é a vida numa música de Walter Franco, “*Serra do Luar*” (1982), que diz:

*Viver é afinar o instrumento  
De dentro pra fora  
De fora pra dentro  
A toda hora, a todo momento.*

Mesmo oprimidos, os trabalhadores atualizam suas capacidades e sua potência.

Schwartz (2000b) se pergunta até que ponto o desenvolvimento das capacidades dos trabalhadores compensa a exploração a que estão submetidos, pois há uma constante tensão no trabalho entre a heterodeterminação e a autodeterminação, a qual é necessário gerir, e sobre a qual é necessário agir.

É interessante ver como nas ocupações as dramáticas situações de uso de si acontecem. Vemos complexidade no debate sobre como as pessoas devem viver e compartilhar o espaço comum. As discussões de regras comportamentais são encaradas não como questões apenas de uma esfera íntima, mas que dizem respeito a todo o coletivo.

### **1.3. A OBSCURIDADE DO TRABALHO**

Teiger (1998) aponta para uma definição de trabalho:

O trabalho é uma atividade finalizada, realizada de maneira individual ou coletiva em um tempo dado, por um homem ou uma mulher dados, situada em um contexto particular que fixa as limitações imediatas da situação. Essa atividade não é neutra, compromete e transforma, a si mesmo, ao que a realiza (TEIGER, 1998, p. 2).

A autora analisa esta definição, afirmando que o trabalho não é um conceito abstrato, mas encarnado num espaço, num tempo e num corpo determinados. Para ela, o trabalho não pode ser dissociado daquele que o realiza: o trabalhador. Dessa forma, no trabalho, há relações entre a atividade, suas condições e suas conseqüências; sendo que a principal relação é a atividade. Por contexto, a autora entende tanto o aspecto material, quanto o organizacional e relacional, daqueles que ela chama de operadores<sup>31</sup>, as relações sociais, o salário, assim como o contexto socioeconômico. O contexto é mais estudado pelos ergonomistas como limitação, pois normalmente suas investigações focalizam as dificuldades no exercício da atividade, assim como suas conseqüências em termos de saúde

---

<sup>31</sup> O termo “operador” é usado tanto por Teiger (1998) quanto por Dejours (2002), além de outros autores, ao invés de “trabalhador”. Isso se dá devido à análise que estes autores fazem daqueles que trabalham em indústrias de processo contínuo, ou seja, indústrias químicas. Nesses casos, os trabalhadores não entram em contato direto com o objeto, pois são as máquinas que atuam sobre o objeto. Os operadores vigiam as máquinas, buscando ativamente informações no meio. Mesmo no trabalho fordista, em que há uma esteira, muitas vezes o operador também cumpre a função de intervir sobre a máquina e não diretamente sobre o objeto. Ele, de algum modo, precisa gerir o processo. O operador mediatiza a produção.

e emprego. Mas também pode oferecer recursos para a atividade. Outro fator abarcado pelo conceito de contexto na *Ergonomia Situada* são o que acontecem fora do trabalho, como a fadiga, as preocupações, o trabalho doméstico.

Fizemos uma descrição do contexto das ocupações no capítulo anterior onde dissemos que as atividades se dão num ambiente de extrema variabilidade e submetidas a várias limitações impostas pela espoliação urbana. O contexto econômico-político influencia nas atividades exercidas, pois as condições nas ocupações são extremamente precárias. As decisões a serem tomadas têm que levar em conta as relações que os ocupantes têm com o aparelho de Estado e sua repressão, com a mídia, e com seus possíveis aliados.

Assim, a atividade é um conceito mediador da interação do sujeito que trabalha e seu entorno, convocando a pessoa humana como um todo - seu corpo biológico, sua inteligência, sua afetividade dentro do desenrolar de sua história e de suas relações com os outros. A atividade pode aqui ser definida como “a mobilização das funções físicas, psíquicas e sociais do homem [e mulher] quando executa as tarefas, e os processos de regulação associados por essa mobilização”(TEIGER, 1998, p. 3).

Na tradição da Ergonomia Situada, a análise da atividade compreende a análise desta mobilização, para esclarecer o que acontece entre a tarefa prescrita e a tarefa realizada. A tarefa prescrita, nesta Ergonomia, seria o objetivo a serem alcançados e os meios e as condições contextuais. A análise do trabalho engloba a análise da atividade, assim como as características de quem realiza as tarefas, as repercussões que estas têm sobre os trabalhadores e os resultados em termos de quantidade, qualidade e confiabilidade produzido pelo exercício da tarefa (TEIGER, 1998).

Nas ocupações as tarefas são prescritas pelo coletivo e há uma tentativa de que quem executa seja a mesma de quem concebe. O que as difere das empresas capitalistas, onde se busca uma divisão entre concepção e execução do trabalho. Os Estatutos internos das ocupações são construídos nas Assembléias, e têm que ser seguidos por todos. Porém, muitas vezes, os próprios ocupantes burlam as regras coletivas, agindo de modo individualizado. Pode também ocorrer que as regras não possam abarcar todas as situações sociais, e portanto, é necessário debatê-las constantemente.

Na atividade vista como expressão das relações sociais, há três termos: 1) a relação com aspectos materiais e imateriais; 2) a relação com o outro; 3) e a relação do sujeito consigo mesmo. Nesse aspecto, há uma concordância com a visão de Christophe Dejours (2002) e também é com a de Clot (2006).

Teiger coloca que o contexto é, em parte, determinante das características e exigências das tarefas, assim como a função que deve ser cumprida. O operador enfrenta pressões e gere seus recursos próprios, condicionando dessa forma seu estado funcional. Cada operador tem o seu limite físico, afetivo, cognitivo e de mobilização subjetiva. Depois de certo tempo, o operador tem que gerir sua atividade de acordo com duas fontes de variabilidades: 1) sua própria (fadiga, ritmos biológicos, efeitos da idade etc.); 2) a do sistema de produção (o aleatório, as mudanças técnicas e/ou organizacionais etc.). Devido à visão dos que concebem e organizam o trabalho, para quem o operador seria estável, e regular em seu funcionamento, na “*imagem e semelhança das máquinas*”, as exigências que os primeiros constroem estão em consonância com essa representação. Ou seja, as exigências são estáveis. Não só o operador é variável, mas até os materiais são variáveis.

A autora resume:

Portanto, a atividade de trabalho consiste em realizar a tarefa tendo em conta, ao mesmo tempo, as limitações e os recursos extrínsecos e intrínsecos, as exigências recíprocas que se apresentam de maneira heterogênea, e conflitiva, para não dizer incompatível.

É (...) a expressão de um compromisso pelo qual se mobilizam todos os recursos; a construção desse compromisso é de natureza estratégica, ou melhor, se trata de uma meta-atividade, ou, o que é o mesmo, uma atividade de gestão das atividades, que integra ao mesmo tempo os conhecimentos técnicos necessitados pelas especificidades da tarefa e de metaconhecimentos (Valot, 1992) que possui o operador sobre seu próprio funcionamento. (TEIGER, 1998, p. 3).

Existe, então, uma inteligência estratégica no trabalho, sobre a qual se sabe pouco, mas que é possível traçar alguns pontos principais:

- a. É multidimensional (biológica, cognitiva, afetiva e axiológica);
- b. Gere os tempos do indivíduo, da produção e da sociedade;
- c. Emerge a partir do que a autora chama de “pensamento natural”, ou seja, orientado para a solução de problemas concretos; e não do “pensamento



racional”, ou seja, orientado para a resolução de problemas simbólicos. De fundamental importância é a idéia de que “se podem alcançar objetivos sem compreender necessariamente por quê e como se alcança estes objetivos (...) e que alcançar um objetivo se dá como uma condição prévia da compreensão. (LÉVI STRAUSS, 1964; PIAGET 1970; BORDIEU, 1980 *apud* TEIGER, 1998, p. 9)

Uma das conclusões dessas considerações é a de que há múltiplas formas de se alcançar um mesmo objetivo. Isto mina definitivamente a idéia de que há “*one best way*”, como vem sendo imposto ao trabalhador desde a Organização Científica do Trabalho de Taylor.

#### **1.4. PSICODINÂMICA DO TRABALHO**

Essa abordagem foi desenvolvida por Christophe Dejours, médico e psicanalista francês, que trabalha atualmente no CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers) na França, e vários colaboradores. Suas teorias foram publicadas em muitos artigos e livros; aqui, porém, será desenvolvida principalmente no que se refere ao trabalho enquanto atividade. Aos requisitos sociais para a mobilização subjetiva necessária à feitura desta e, de algumas discussões metodológicas que podem nos auxiliar a pensar, na intervenção no trabalho nas ocupações.

No livro *O Fator Humano*, Dejours (1997) analisa o conceito de real do trabalho, que é um instrumento, e uma realidade que necessita de definição, para se poder progredir na discussão. Para ele, o real é

aquilo que no mundo se faz conhecer por sua resistência ao domínio técnico e ao conhecimento científico (...) o real é aquilo sobre o qual a técnica fracassa, depois que todos os recursos da tecnologia foram corretamente utilizados”(DEJOURS, 1997, p.40).

Nessa linha de raciocínio, o real, em sua mutação permanente, está ligado ao fracasso, sendo um enigma a ser decifrado. Assim que se desvenda o real, novos horizontes se abrem e portanto novos enigmas aparecem. De modo, que a experiência vivida se faz necessária enquanto recurso, pois, ela é a única forma de se apreender o real. Essa

percepção do real é bem definida por uma música de um cantor francês chamado Manu Chao. Na música “Clandestino”, ele fala:

*Quando llegan ya se ha ido (...)  
Quando me buscan nunca estoy,  
Quando me encuentran ya no soi.  
El que estan frente porque ya  
Me fui corriendo más allá (...)* (MANU CHAO, 1988).

A realidade, por sua vez, “é o caráter daquilo que não se constitui somente um conceito”, mas um estado de coisas (...). O real tem uma realidade, mas se caracteriza por sua resistência à descrição. O real é a parte da realidade que resiste à simbolização.”(DEJOURS, 1997, p. 41). O “real do trabalho” é importante para se compreender a subjetividade (e ele fala de um certo sentido de subjetividade) no trabalho. Dejours coloca que “a falha humana em face da tarefa é inevitável, já que o real só se faz apreender sob a forma de revés<sup>32</sup>”(idem). O real sempre produz revés no trabalho, logo, nunca é possível atender uma tarefa inteiramente. Em volta desse revés é que o operador vai ajustar os objetivos e a técnica requeridos para a feitura da tarefa.

A atividade, por sua vez, inclui tanto o sucesso do saber quanto o revés gerado pelo real, ou seja, há sempre uma dimensão *pática* (de sofrimento, no entendimento de Dejours), concomitante a um apelo de ir além, de avançar na busca de soluções. Essa busca é um fruto do “estar em xeque”, sem, no entanto, marcar com isso o termo do processo. Dejours propõe que trabalho “é atividade coordenada desenvolvida por homens e mulheres para enfrentar aquilo que, em uma tarefa utilitária, não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita” (DEJOURS, 1997, p. 42/43). Nessa definição já estão contidos o real e o rearranjo necessário à realização da tarefa prescrita. Sem esse retrabalho, verifica-se que a produção não é viabilizada.

Como já afirmamos anteriormente, o coletivo nas ocupações planeja e decide como vai fazer suas atividades. Este planejamento inicial se depara com o real do trabalho, que tem sempre uma margem de imprevisibilidade que terá que ser gerida no momento da execução das ações; necessitando então de invenções no processo de execução da tarefa, que talvez subvertam o planejamento inicial.

---

<sup>32</sup> Revés, no Dicionário Aurélio (1984) é “(...) 4. Acidente desfavorável, vicissitude. 5. Fig. Desgraça, infortúnio, insucesso.”

Dejours nos mostra alguns resultados de pesquisas da etnografia industrial, que estuda os *tacit skills* (habilidades tácitas). Trata-se de uma habilidade presente em todo operador, da qual não se fala, não se conhece, não se estuda, que não é empiricamente observável, mas que se deduz a partir das suas atividades.

Um funcionamento específico do pensamento e do corpo é expresso pelas atividades de trabalho. Esse funcionamento escapa da consciência, ainda que seja intencional. Nesse sentido, os atos práticos não estão limitados a uma intervenção sobre a matéria ou instalações. Produzem uma transformação subjetiva no operador. A isso Bohle e Milkau (*apud* DEJOURS, 1997) chamam de “atividade subjetivante”.

Esta é uma construção que provém da experiência verdadeira e não da experimentação regrada. Em certo grau, é a “engenhosidade”. Nesse sentido, Dejours começa a esboçar uma análise da “inteligência mobilizada na situação real de trabalho ou (...) inteligência da prática do trabalho” (DEJOURS, 1997, p. 45).

Essa inteligência foi denominada pelos antigos gregos de *métis*, que tem, etimologicamente, o mesmo núcleo do termo *métier* (ofício, em francês). É uma inteligência inventiva e criativa, “engajada nas atividades técnicas e (...) nas atividades de fabricação (*poièsis*)”. Ela é mobilizada frente às variabilidades, aos imprevistos.

“Sua competência é a astúcia<sup>33</sup>. Ela está fundamentalmente enraizada no corpo (...) Preocupa-se em poupar esforços e privilegia a habilidade em detrimento do emprego da força. (...) é da ordem do “não limitado (...) age por desvios” (DEJOURS, 1997, p. 46/47).

A inteligência astuciosa é uma inteligência do corpo, dos afetos, das afecções, da cognição. Não há a cartesiana separação entre cognição e corpo. É a capacidade de encontrar alternativas de ação quando ocorre o imprevisto. Envolve sair do protocolo para garantir a produção, encontrar estratégias de escape. O trabalhador só consegue isso quando está impregnado da experiência do trabalho.

É interessante notar que tanto na teoria de Canguilhem quanto nas teorias dos estudiosos do trabalho – como DEJOURS e SCHWARTZ-, há uma ênfase na variabilidade enquanto fator *pático* (DEJOURS) e de infidelidade (CANGUILHEM,). É a ação e a

---

<sup>33</sup> Astúcia, para o DICIONÁRIO AURÉLIO, significa manha, artimanha (algo da ordem do subversivo, das estratégias), estratégia, ardil. Daqui vem a expressão “inteligência ardilosa” ou “inteligência da prática”, usadas por Dejours (1995, p. 281-309).

regulação que incidem sobre essa mesma variabilidade que vão possibilitar o trabalho e a busca da saúde. A variabilidade está tanto nos meios de trabalho, quanto nas relações afetivas e de produção. A gestão de todos esses fatores que nos escapam, tanto a nível de conceitualização quanto a nível de controle, é que vai determinar a saúde no trabalho.

Essa regulação das variabilidades, que exige criação encharcada da experiência trabalho, está ligada ao que Dejours chama de inteligência do corpo, que é *uma inteligência em constante ruptura com as normas, as regras, é uma inteligência fundamentalmente transgressiva*. (DEJOURS). Este autor coloca que:

Além das condições psicológicas singulares necessárias para pôr em andamento a inteligência astuciosa, é preciso também reunir as condições sociais: tendo em conta que ela é sempre transgressiva e, pelo menos durante certo tempo, elaborada no espaço psíquico privado, para tornar-se eficaz socialmente, deve passar por uma *validação social*. Caso contrário, ela permanece confidencial e é eventualmente o objeto de condenação por falta profissional. (DEJOURS, 1994, p.134, originalmente publicado em 1990, na *Prévenir*, n. 20)

Já em 1995, o autor publica que:

4. A quarta característica da inteligência ardilosa é evidentemente o *seu poder criador*. A astúcia e a engenhosidade avaliam-se nas novas formas que elas fazem surgir. Mais adiante, retornaremos a este ponto essencial, ou seja, de que a criação parte sempre de um dado a priori sobre o qual elas se apóiam, para operar por meio de trapaça, segundo um processo fundamental de “subversão”(DEJOURS, 1995,p.289).

A análise psicológica do trabalho deveria incluir o uso do corpo enquanto fonte de inteligência. Já o cognitivo, o afetivo e a construção de redes seriam partes da experiência trabalho, porque são elas que tornam o trabalho possível.

Como afirmamos no capítulo 1, essa inteligência da prática ou inteligência astuciosa é fundamental em todas as atividades da ocupação. Estratégias para burlar a repressão do Estado, “macetes” para transformar um prédio abandonado que foi projetado para ser uma repartição, em um lugar de moradia. Esta inteligência exige requisitos sociais para a sua mobilização. Dejours aponta a importância de uma dinâmica de contribuição e reconhecimento, onde as pessoas possam sentir que têm o direito de contribuir com suas

singularidades e serem reconhecidas pelo coletivo com esta contribuição. Isto é fundamental para a construção de sua saúde e passa pela participação ativa na construção da organização do trabalho, na ocupação.

Esses processos incluem o julgamento de utilidade e beleza, a dinâmica da contribuição e do reconhecimento, da visibilidade, da confiança, da arbitragem, da cooperação.

Dejours chega a uma outra definição de trabalho:

Trabalhar, pois, não é somente executar atos técnicos, é também fazer funcionar o tecido social e as dinâmicas intersubjetivas indispensáveis à psicodinâmica do reconhecimento, que (...) é o caráter necessário em vista da mobilização subjetiva, de personalidade e da inteligência. (Dejours, 2002: p.58).

Mas o quê significa isso? O operador se mobiliza por inteiro para fazer a tarefa. Ele precisa, por uma questão narcísica, sentir que está contribuindo, sendo útil. Por outro lado, ele também precisa ser reconhecido tanto pela utilidade de sua atividade (julgamento emitido por instâncias mais altas ou mais baixas na hierarquia existente no seu trabalho), quanto pela beleza de seu trabalho (julgamento emitido por seus pares, quanto à dimensão estética. Seus pares entendem o quanto é difícil fazer aquele mesmo trabalho, e quão bem feito, e elegantemente o operador o fez). O operador está, assim, numa rede social de produção, sentida mais intensamente quanto mais o operador se empenha no seu trabalho; ou, pelo contrário, quando não trabalha bem e sente os efeitos disso nessa rede. É nesse sentido que ele “faz funcionar o tecido social”, construindo sua história e sua identidade, exercitando sua inteligência e afirmando/incorporando seus valores.

Os participantes da ocupação falam de como o trabalho coletivo vai transformando as pessoas. Elas chegam na ocupação com uma história de humilhação, de desqualificação pessoal por estarem vivendo na miséria, nas ruas. Quando começam a participar das assembleias onde podem falar, participar das tarefas coletivas e perceber que ali tem um lugar singular e que são reconhecidas pelo coletivo, elas vão se transformando pouco a pouco e tendo uma relação mais positiva não só com elas mesmas, mas também com os outros.

Essa cooperação depende de um conjunto de fatores nos quais se inclui a confiança. Este é o fator mais delicado de se construir, pois nunca se pode obrigar uma pessoa a

confiar noutra. Porém, quando há uma dimensão ética, ou seja, a construção de regras comuns e coletivas de convivência e de trabalho, a confiança pode se dar.

Dejours (2004) coloca que a organização do trabalho, antes, vista por ele próprio como imposta ao trabalhador, na verdade, precisa ser construída pelos próprios trabalhadores através de mobilização subjetiva que contém esforços da inteligência, esforços para arbitrar coletivamente as contradições entre a organização do trabalho, e a efetiva práxis dessa atividade. Esforços para se integrar e participar do debate de opiniões necessárias às deliberações do coletivo. Isso se vê acontecendo nas assembléias das ocupações, onde as divergências, as controvérsias do coletivo podem ser debatidas, com o objetivo de se construir regras comuns.

Dejours (idem), reconhece que, em 1980 (no ensaio *A Loucura do Trabalho*), a noção de coletivo só aparecia na discussão das estratégias defensivas e que, principalmente com as contribuições de Damien Cru, o coletivo ganhou importância fundamental para a psicodinâmica do trabalho. Daí a relevância de como se dão as construções das regras no trabalho e como se dão os processos de linguagem e de comunicação:

O lugar crucial das regras do trabalho (ao lado das estratégias defensivas que podemos também observar sob o ângulo de “regras” defensivas) fez com que se outorgasse um lugar essencial à deontologia na construção dos coletivos. (Dejours, 2004, p. 76).

Já a idéia de estratégia defensiva coletiva é uma invenção de Christophe Dejours, baseada em amplas pesquisas com trabalhadores de indústrias petroquímicas, trabalhadores da construção civil, telefonistas, aviadores de caça e muitos outros ramos dentro do campo do trabalho. Este conceito foi incluído aqui porque é uma estratégia encontrada pelos trabalhadores para “driblar” vários obstáculos que os impediriam de trabalhar, como o sofrimento e o medo. Defesas que permitem ao trabalhador enfrentar as más condições de trabalho são muito mais coletivas do que individuais.

O sofrimento só não se torna descompensação porque são construídas estratégias coletivas defensivas, que são diferentes dos mecanismos de defesa individuais. Nestes, o trabalhador entra em delírio à partir de sua recusa a se subordinar à organização do trabalho. As estratégias defensivas são regras que transformam a *percepção* da realidade e ocorre um processo de construção de uma nova percepção da realidade pela coletividade.

A estratégia defensiva funciona a partir de um retorno da relação subjetiva com as pressões opressoras. De passivos, os trabalhadores se colocam como ativos frente ao desafio. A operação é somente mental, visto que as pressões patogênicas continuam a existir. As estratégias defensivas foram verificadas em muitas situações de trabalho; porém não se pode generalizá-las a todas estas situações. Será que na ocupação existem estratégias defensivas? Essa questão não será respondida aqui já que não fizemos uma pesquisa de campo focando este objetivo. Apenas apontamos que talvez fosse interessante investigar como nas ocupações as pessoas procuram lidar, por exemplo, com o medo da violência do Estado, de um dia perder aquela moradia tão duramente conquistada pela intervenção da polícia.

Toda essa discussão ajuda a pensar a importância de apoiar os coletivos de trabalho nas ocupações a construir e manterem seus espaços públicos de discussão. A seguir, trataremos de algumas contribuições metodológicas da Psicodinâmica do Trabalho, que podem ser úteis nessa tarefa.

### **Contribuições da Metodologia da Psicodinâmica do Trabalho**

Não pretendemos fazer uma descrição da metodologia da psicodinâmica do trabalho, mas apenas abordar aspectos dela que contribuam para reflexão sobre a intervenção nas ocupações.

Dejours (2004) trabalha a partir da demanda. Não há pesquisa, nem intervenção em psicopatologia do trabalho se não houver demanda por parte do grupo de trabalhadores que participará da pesquisa. A demanda não pode ser apenas de outro grupo, como por exemplo, da chefia, ou das lideranças de um grupo. Isso numa ocupação é extremamente importante, já que se trata de um processo de construção não só de uma moradia, mas de exercício de autonomia das pessoas. A construção coletiva da demanda auxilia a autenticidade da palavra. No dispositivo, as pessoas confiariam na possibilidade de se arriscar e se comprometer quando falam.

A autenticidade da palavra é uma questão importante, pois muitas vezes expressar o que se vivencia pode entrar em conflito com os interesses estratégicos dos indivíduos, ou com outros interesses que os trabalhadores têm. A palavra tem tamanho peso que pode vir a

modificar a gestão coletiva da organização e das relações de trabalho. Por isso, os trabalhadores e pesquisadores precisam se responsabilizar coletivamente pelo significado e pelo efeito das palavras proferidas.

A partir da demanda, se faz uma seleção dos pesquisadores que participarão da pesquisa, podendo ser: psicólogos, psicanalistas, médicos, psiquiatras, economistas, engenheiros etc. Todos os pesquisadores participarão como analistas do trabalho, não agindo como psicoterapeutas nessa situação, já que se trata de uma clínica do trabalho, e, não uma terapia de grupo intimista. Nós psicólogos temos que tomar cuidados especiais com essa questão. Socialmente vem sendo construída uma visão de que temos que intervir sempre como psicoterapeutas. Já aconteceu na nossa experiência (como descrevemos na introdução), de ter pedidos nessa direção. O importante, aqui, é retrabalhar a demanda juntos, buscando uma outra forma de intervenção *com* as pessoas e não *para* elas.

Passada essa fase inicial de pesquisa, propõe-se reuniões com o grupo de trabalhadores. O material com o qual se trabalha é a palavra: comentários, relações, o subjetivo:

“o que é uma formulação original, viva, que nos toca, engajada, subjetiva, vinda do grupo de trabalhadores. (...)

o comentário seria, de certo modo, a formulação do pensar dos trabalhadores sobre sua própria situação.(...)

Buscamos detectar (...) os comentários que são objeto de discussão e de posições contraditórias no grupo” (DEJOURS, 1988,p. 149).

A realidade objetiva, que não é material particularmente focado na pesquisa, é reconhecida no discurso dos trabalhadores em fragmentos estereotipados de outros discursos, como o discurso oficial, o do sindicato, das lideranças, o discurso da hierarquia.

Vejamos o que Dejours fala acerca do objeto, da finalidade e dos limites da pesquisa:

O alvo da pesquisa é a relação do coletivo com o trabalho e os efeitos mascaradores dos sistemas coletivos de defesa em relação ao sofrimento. Indo além, visa descrever as modalidades de ação da organização do trabalho e seus efeitos nocivos à saúde psíquica. (...) o nosso trabalho em psicopatologia do trabalho limita-se à análise das situações, enquanto que



as soluções concretas pertencem aos próprios trabalhadores (DEJOURS, 1988, p.145)

Não cabe nas ocupações achar soluções pelas pessoas, mas sim auxiliá-las para que elas próprias construam e elaborem situações e ou possíveis ações para transformá-las.

Há algumas particularidades da metodologia em psicodinâmica do trabalho. A primeira é que não se trabalha com entrevistas ou questionários. Trabalha-se com coletivos de trabalhadores, e de pesquisa. Os coletivos de pesquisa (compreendidos pelos pesquisadores engajados naquela pesquisa em particular) referem-se ao coletivo de pesquisadores ampliado, constituindo, então um o controle da atividade dos coletivos de pesquisa.

Este método de pesquisa é necessário, pois se funda “na discussão contraditória dos trabalhadores. Os fatos não existem em si, por isso não podem ser coletados. Os fatos devem ser extraídos da discussão, devem ser construídos e essa construção deverá em seguida ser validada”(DEJOURS, 1988, p.80). A discussão contraditória leva a diferenças na interpretação, e assim vê-se a necessidade do coletivo de pesquisa, onde os pesquisadores podem confrontar suas opiniões.

Uma segunda particularidade diz respeito à originalidade dos fatos a serem pesquisados. Isto está relacionado à inteligência dos trabalhadores, pois esta

ultrapassa a consciência que eles têm dela. A inteligência, no presente caso, tem dois significados: designa um modo específico de exploração da situação de trabalho, fundado na experiência “subjetivante” do trabalho, de um lado; e a compreensão desta experiência, ou seja, a elaboração de sua inteligibilidade, de outro. A originalidade dos fatos a serem construídos ocorre porque a inteligência da experiência está à frente de sua inteligibilidade para o indivíduo (DEJOURS, 2004, p. 81/82).

A inteligibilidade pode ser compreendida como a racionalidade dos comportamentos. Para se fazer uma “objetivação da subjetividade”, ou captar a dimensão subjetiva do trabalho, é necessário ter acesso ao sentido que a situação de trabalho tem para os trabalhadores. Os trabalhadores precisam produzir uma palavra que traga o sofrimento para o consciente – já que as estratégias defensivas o ocultam – e elaborá-lo. Apropriando-se das dinâmicas de sua economia psicossomática, nas relações intersubjetivas e com o

trabalho, e assim se emancipando. Dessa forma a palavra leva à inteligibilidade dos comportamentos. Considerando que a inteligência vem antes da inteligibilidade, e que as estratégias defensivas ocultam o sofrimento e suas dinâmicas com o trabalho, chega-se a um objetivo inusitado: “recolher dados que o pesquisador não pode observar diretamente em indivíduos que nem sempre têm consciência da existência desses dados” (idem, p. 83). A exigência da autenticidade da palavra demanda por sua vez uma escuta arriscada. O processo de escuta envolve riscos, não é simplesmente a pesquisa que faz o processo de escuta automaticamente. É preciso de uma escuta específica:

ouvir o sofrimento de alguém, penetrar em um drama (...) desestabiliza e perturba o equilíbrio psíquico de qualquer pesquisador envolvido. As pesquisas em psicodinâmica do trabalho, a partir da demanda, mostraram-se extremamente penosas para os pesquisadores. (idem, p. 87).

Dejours fala de três riscos: o primeiro é o contato com esse sofrimento. O segundo é a necessidade de a todo momento ter que submeter a teoria à prova de realidade, portanto a ter que mudar de rumo a qualquer momento. O que torna o processo de pesquisa e intervenção uma aventura aberta ao devir. E, por fim, o enfrentamento da angústia para chegar a uma inteligibilidade da situação. Para além desses três riscos, como risco suplementar, a questão que se impõe da relação dos resultados da pesquisa com a obrigação moral de testemunho. “A abstenção pode então tornar-se insustentável” (idem, p. 89). O pesquisador é convocado para uma arena de disputa política onde muitas vezes, os grupos dominantes na sociedade podem ter como estratégia desqualificar a pesquisa e o pesquisador, para evitar críticas a sua dominação. Isso, no contexto das ocupações é extremamente importante. A tentativa da mídia é de destruir a imagem do movimento e, o valor de uma intervenção que vise fortalecer esse movimento, poderá muitas vezes ser colocada em dúvida. Nesta forma de pesquisa há a necessidade do engajamento e da responsabilidade conjunta dos trabalhadores e dos pesquisadores no processo da pesquisa.

Damien Cru (1993), sugere que se permita e estimule ao trabalhador encontrar saídas criativas. Segundo Cru (1993), não devemos confrontar diretamente as estratégias defensivas coletivas, sob o risco de fazê-las ressurgirem com mais violência. A partir desta contribuição podemos pensar que na nossa intervenção na ocupação tanto temos trabalhado insuficientemente a demanda bem como inicialmente convidamos as pessoas para uma

discussão sobre sofrimento. É interessante notar que começamos a ter uma melhor acolhida na ocupação quando começamos a usar a estratégia das atividades lúdicas, tanto com as crianças quanto com os adultos.

### 2.3. CLÍNICA DA ATIVIDADE

Clot (2004) analisa o trabalho a partir do conceito de atividade. A atividade não pode ser diretamente conhecida; só temos acesso direto à atividade realizada, ou seja, aquilo que na atividade é observável. O comportamento produtivo é o resultado e o processo de uma luta entre várias atividades. A atividade observável é apenas aquela que predomina naquele momento, porém as atividades que foram deixadas de lado, continuam a existir virtualmente, e dão sentido à atividade realizada. Quando não se leva em conta as atividades “perdedoras”, deixa-se de perceber a atividade do sujeito.

Para Vygotsky (*apud* Clot, 2004), “*é apenas em movimento que o corpo se mostra*”. Clot (2004) interpreta isso da seguinte forma: não se pode conhecer um objeto a não ser que ele esteja em movimento (transformando para conhecer). Quando um objeto muda de um estado para outro, ele permite uma visibilidade tanto daquilo que se configurava anteriormente, quanto de sua nova configuração. Isso vale para a atividade psíquica do sujeito. Essa mudança ou transformação é o próprio movimento, é o que permite o desenvolvimento.

O desenvolvimento, por sua vez, é a passagem de um funcionamento a outro. Não se descarta totalmente o antigo funcionamento, pois algo de proveitoso se tira dali para compor uma outra forma de se agir. Esse conceito de desenvolvimento vem de Vygotsky, que o propunha como paradigma teórico-metodológico para a Psicologia. Clot (2004) vai buscar enxergar Vygotsky à luz de Bakhtin, estudioso da linguagem, à partir do qual Clot vai construir as interrelações entre os diferentes elementos presentes na atividade.

Primeiro é necessário entender o que, nesta abordagem, é *atividade*. Clot vai desenvolver dois conceitos: o de atividade realizada e o de real da atividade. Clot (2004) vai afirmar que o trabalho efetivamente realizado é a atividade observável, mas que na verdade o real da atividade é constituído pelo possível e pelo impossível, pelo que se vê e o

que não se vê. Portanto, atividade é também o que se tentou realizar e não conseguiu, o que teria que ser feito, mas não se fez.

Para entender a lógica de Clot (2004), é preciso que retomemos a agora já clássica descoberta de que o trabalho prescrito é diferente do trabalho realizado. O trabalho prescrito engloba as ordens, a tarefa a ser feita, a hierarquia, os prazos e os meios de trabalho<sup>34</sup>, os objetivos, as metas. Quando o trabalhador recebe a prescrição, ele já começa a retrabalhá-la, de modo a torná-la exequível dentro das suas possibilidades e capacidades. Enfim, nesse *gap* existe toda uma atividade, que é o chamado real da atividade, pois ele compreende, segundo Clot “*uma atividade entre o possível e o impossível, entre o realizável e o não-realizável, e é isso que vai constituir o real*” (CLOT, 2004). O real da atividade engloba a atividade realizada e as não realizadas. O real é todo o processo envolvido para realização do trabalho. “O real não é identificável com as condições externas da atividade psicológica. O real é a modificação dessas condições pelo sujeito, e não essas condições em si mesmas” (Clot, 2006, p. 93).

Clot (2006) propõe considerar o trabalho *como uma atividade dirigida em situação real* (p. 94). “Uma atividade dirigida pelo sujeito, para o objeto e para a atividade dos outros, com a mediação do gênero” (p. 97).

Esta tripla direção da atividade pode ser bem entendida a partir de uma experiência que Vygotsky (*apud* Clot, 2006) fez. Ele verificou que crianças deficientes só conseguiam se manter concentradas num desenho por determinado tempo, que aumentava ligeiramente se fossem introduzidos pequenos estímulos materiais, como cores ou suportes diferentes. Já quando Vygotsky falava a estas crianças: “Ensine seu colega a desenhar”, essas conseguiam se concentrar por um tempo muito maior. O que podemos concluir a partir dessa experiência? Analisemos termo por termo. No início, o sujeito eram as crianças deficientes, o objeto de trabalho eram os instrumentos com os quais desenhariam, e o outro era o pesquisador. A partir da introdução do “aluno”, o outro se tornou o “aluno”, e o objeto passa a ser fazer o outro desenhar. Nesse sentido, houve um desenvolvimento do objeto: as crianças “professoras” se tornaram então meio de fazerem os “alunos” desenharem, ou seja,

---

<sup>34</sup> É importante lembrar que nem sempre os meios de trabalho estão disponíveis para o cumprimento da tarefa. Quando isso acontece, ocorre o impedimento da tarefa, o que gera sofrimento para o trabalhador, segundo Clot.

o sujeito mediatizava a relação do “aluno” com a tarefa. Clot coloca que Vygotsky conclui que “*a mudança de destinatário é a energia motora da atividade. A introdução da atividade do outro na atividade do sujeito faz variar a atividade do sujeito*”(Clot, 2004). O objeto passa a ser a atividade do outro. A atividade se dirige para o objeto e também para a atividade do outro sobre o objeto.

Clot enriquece essa conclusão quando a compara com a *dialogia* de Bakhtin, que diz que, no enunciado, o sujeito se dirige não só ao objeto, mas também “*para o outro em relação àquele objeto*” (idem). Os três elementos (sujeito, objeto e outro) não podem ser descartados pelas crianças deficientes, sendo apenas possível para estas mediatizar as relações entre aqueles. Decorre daí que Clot chama de atividade dirigida, o que indica sempre um conflito, uma luta e uma discordância. Para realizar essa atividade dirigida, no estágio inicial (sem “alunos”), os instrumentos que eram utilizados pelas crianças eram instrumentos técnicos (lápiz, papel etc.) – artefatos - que agem sobre o objeto; enquanto na segunda fase, os instrumentos da criança “professora” eram instrumentos simbólicos –a linguagem- que agem sobre o sujeito e sobre o outro. Para Vygotsky, o que fundamentalmente mudou foi o sentido da atividade: muda a posição subjetiva do sujeito. Em termos de importância, os instrumentos simbólicos sobressaem na segunda fase. – Resumindo: “Um funcionamento – o desenho – torna-se um meio de viver uma outra experiência, um outro funcionamento – mostrar algo ao outro”(idem). Ou seja, a experiência desenhar se torna meio de viver uma outra experiência: ensinar.

Então a função psicológica do trabalho segundo Clot (2006):

residiria ao mesmo tempo no patrimônio que ele fixa e na atividade (conjunta e dividida) exigida pela conservação e pela renovação desse patrimônio. Sua função psicológica é uma função vital: simultaneamente atividade de conservação e de transmissão e atividade de invenção e de renovação. Cada um se vê por meio de suas próprias atividades no interior da divisão do trabalho simultaneamente como sujeito e como objeto dessa conservação e dessa invenção. É por isso que, para nós, o exame da divisão do trabalho – sua distribuição em gêneros de atividades diferentes, subordinados, hierarquizados, mas também moventes e móveis – é absolutamente decisivo em termos de análise das atividades profissionais (p. 80-81).

Assim, entre o sujeito e o objeto e entre os sujeitos, há a mediação do gênero de atividade, que é uma memória impessoal sustentando a atividade coletiva, e possibilitando

que as pessoas possam errar ou acertar tendo como referência um patrimônio comum. Para compreender a atividade das pessoas nas ocupações é importante compreender a sua história de construção coletiva de estratégias de luta e de construção da moradia comum. Podemos dialogar com Sader (1988) quando ele fala da importância da experiência dos Movimentos Sociais construindo um novo sujeito político, que porta a contribuição de várias experimentações coletivas. As pessoas vão aprendendo e transmitindo saberes tanto de movimentos anteriores que participaram, como de ocupações diferentes. Assim, os habitantes da Ocupação Chiquinha Gonzaga auxiliaram os habitantes da Ocupação Zumbi dos Palmares no início da ocupação. Apoiar a construção de um patrimônio comum é fundamental, já que isso vai fortalecer os coletivos de trabalho.

Podemos ilustrar essa idéia de atividade dirigida nas ocupações, através da contribuição de seus moradores que contam como eles conseguiram mudar a sua relação com o judiciário (a exemplo da juíza que muda de opinião ao visitar a ocupação), com os vizinhos (que inicialmente temem e depois ficam satisfeitos em ver que um prédio abandonado se transformou em moradia de famílias e ajudou a revitalizar um lugar que estava sendo moradia de urubus). Tendo em vista essa realidade, decisões como proibir garotas de uma das ocupações de fazer o seu ponto de prostituição na frente do prédio ocupado, poderia parecer uma regra moralista, mas levando em conta que a estratégia de luta implica em construir alianças com a vizinhança, encontramos um outro sentido para esta decisão, que visa não impedir a atividade das garotas, mas proteger o coletivo.

A atividade dos ocupantes tem sido dirigida a diferentes destinatários externos: polícia, proprietários do imóvel, representantes do judiciário, imprensa, vizinhos. Ela também amplia o seu objeto, já que não constroem apenas uma moradia, mas uma mudança na forma de viver das pessoas que passam a aprender quotidianamente a gerir coletivamente um espaço de vida comum. O artefato prédio abandonado, transforma-se em instrumento de desenvolvimento psicológico das pessoas da ocupação por mediação da atividade coletiva.

Yves Clot (2006), ressalta que a Psicologia não é uma ciência que possa ser resumida na mesma lógica das outras ciências, ao preço de perder a vida, que é o próprio objeto de estudo da psicologia.

(...) a singularidade pode ser objeto de estudo desde que integre a compreensão de uma situação à unidade subjetiva de uma experiência, e não apenas as representações funcionais, que, por outro lado, essa mesma experiência supõe. (...) Não se pode considerar o geral como aquilo que resta depois de se terem eliminado todas as singularidades vinculadas com as situações reais. (p.126)

Para enfrentar essa dificuldade, ele propõe uma “psicologia do desenvolvimento da ação”. (p. 127). O *desenvolvimento* é uma condição necessária à aplicação das metodologias de intervenção da análise do trabalho: desenvolvimento do sujeito, do objeto, da atividade, do gênero (memória impessoal que estoca todo o conjunto de tecnologias e histórias das atividades que o homem desenvolveu e experienciou, no decorrer do tempo e do espaço). Quando há “debates de escolas” entre os trabalhadores, por exemplo, ocorre um *desenvolvimento do gênero*<sup>35</sup>, de redes possíveis de recursos que possibilitarão a execução da atividade (Clot, 2006, p. 37).

Quando o sujeito descobre novas funções para seus artefatos, há uma transformação deles em instrumentos de trabalho. Um artefato, segundo Rabardel (apud CLOT, 2006), só se transforma em instrumento no decorrer da ação. A tradição de pesquisas em Psicologia do Trabalho traz vários exemplos de catacreses, ou seja, quando artefatos que geralmente são utilizados para uma função, no decorrer de uma ação, são utilizados de forma diferente. Um exemplo disso nas ocupações é a transformação de prédios projetados para serem repartições públicas em moradias.

As tecnologias que daí advêm, que também podem ser expressas em termos de linguagem ou se dar num plano simbólico, passam a fazer parte de uma memória impessoal. Essa memória, segundo Dodier (1996 *apud* CLOT, 2006, p.77), está tecida em solidariedades técnicas que remetem os sujeitos a leis técnicas. A técnica neste sentido, “programa de ação eficaz sobre o mundo” é tanto heurística quanto artefato: “A técnica é um colocar em movimento e uma informação da matéria [...] um sistema de relação que visa a agir de acordo com procedimentos físicos particulares vigentes em uma cultura dada.”

---

<sup>35</sup> O termo *gênero* é tomado de Bakhtin por Clot(2006), em uma transposição do conceito de *gênero lingüístico* para relacioná-la a atividade de trabalho.

A técnica aqui é linguagem e artefato. O instrumento é um artefato do qual você se apoderou. No trabalho há diálogos que não são apenas entre pessoas, mas sim entre pessoas técnicas instrumentos e máquinas. É preciso que dois ou mais equipamentos se solidarizem para que sejam efetivos.

O importante é que na atividade se processa um desenvolvimento, que ao mesmo tempo é propulsionado por esta e a propulsiona. Este desenvolvimento implica numa ampliação do sujeito, do objeto e do coletivo. Porém, muitas vezes, ocorrem impedimentos que devem ser enfrentados e superados, seja quando há uma atividade contrariada, ou quando há uma atividade impedida. No caso da atividade impedida, existe um bloqueio maior que coloca em risco o desenvolvimento e, portanto, a saúde do coletivo.

Clot (2006) propõe uma psicologia do desenvolvimento da ação, que possa junto com os coletivos de trabalho, construir dispositivos de co-análise do trabalho: fazendo dialogar a psicologia prática dos trabalhadores com a psicologia formalizada dos pesquisadores. Esta é uma contribuição extremamente importante para o objetivo dessa dissertação de refletir como apoiar o desenvolvimento da capacidade de ação dos coletivos nas ocupações. A seguir esboçaremos algumas discussões metodológicas da clínica da atividade, bem como uma pequena descrição de dois métodos bastante utilizados.

### **Contribuições Metodológicas da Clínica da Atividade**

A Clínica da Atividade busca uma análise psicológica do trabalho que é sempre uma análise coletiva de um grupo que vive um meio comum. Tem como conteúdo como os homens enfrentam os obstáculos e as possibilidades, bem como impossibilidades de ultrapassá-los. Nesse sentido, sempre o analista do trabalho vai encontrar pessoas que já vivem e conhecem o seu campo de pesquisa antes dele. Estas pessoas construíram uma psicologia prática do trabalho e da vida para poder dar conta da sua atividade.

A análise do trabalho busca então provocar esta atividade de produção coletiva de desenvolvimento na ação para através dos debates sobre as diferentes formas de pensar e fazer a atividade produzir deslocamentos e ampliação do poder de transformar e compreender a realidade. A idéia de atividade dirigida e situada é fundamental já que é exatamente compreendendo a pesquisa como uma atividade entre outras, que se vai



dialogar com e produzir outras atividades: eis a contribuição singular da clínica da atividade. O analista do trabalho se coloca como um dos outros para os quais a atividade é dirigida e exerce esse papel de forma ativa, criando questões que o grupo de trabalhadores não costuma se fazer, provocando deslocamentos na forma de analisar o trabalho.

O acesso à atividade de trabalho se dá de forma indireta através da construção do inventário das marcas que elas deixam no sujeito e no seu meio técnico e social:

Ao considerar essas marcas uma porta de acesso aos conflitos da atividade, servimo-nos dessas retóricas da ação que são as catacreses instrumentais ou as criações de linguagem que fixam no interior dos sujeitos a atividade destes. A linguagem e a ferramenta conservam a marca das ações sobre o mundo e as marcas dos intercâmbios entre os homens. (Clot, 2006, p.132).

A forma como se registrar e discutir essas marcas vai depender da criatividade do grupo e do analista em cada situação. Não há uma receita para todas as situações, o importante é que os princípios metodológicos acima levantados sejam levados em conta. Uma outra característica dessa metodologia é a proposição de uma seqüência de tarefas para os trabalhadores que vai exigindo cada vez novos deslocamentos.

Pode-se pensar, a partir de Clot (2006), que a atividade é uma prova da capacidade do sujeito e dos outros, na qual lutamos por realizar o que desejamos. Nesse sentido, o que deixamos de fazer ou fazemos de forma contrariada, seja por causa das variabilidades do meio ou dos outros, também é parte da atividade. A potência do trabalhador é justamente o seu poder de fazer o que deseja fazer dentro de uma liberdade situada na tarefa. Assim, a atividade se torna um meio do trabalhador expressar sua potência. O desenvolvimento é um aumento da potência. O trabalhador e o analista do trabalho reconstroem coletivamente possibilidades de sentidos para a atividade. É necessário elaborar sentidos para a atividade, sentidos mutantes e constantemente em crise, mas como possibilidades provisórias de ordenamento simbólico do meio.

Como podemos então, pensar na possibilidade de autodeterminação e re-elaboração, face às diversas atividades de uma população em luta contra a segregação, como é caso dos moradores das ocupações?

## **CAPÍTULO 3**

### **DIALOGIAS ENTRE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA**

A pesquisa sobre a atividade das pessoas nas ocupações do movimento sem-teto requer uma perspectiva epistemológica que valorize o diálogo entre o conhecimento e a experiência. Neste capítulo, abordaremos algumas concepções sobre experiência e as contribuições do Modelo Operário Italiano (Oddone et. al, 1986) enriquecidas com as

contribuições de Schwartz(2000a) para o estudo e a intervenção sobre a atividade de trabalho.

A experiência é o que “nos passa”, e não o que “se passa”(Bondia, 2002, p. 21); ou seja, há um sujeito da experiência. Decorrente dessa experiência, se produz o “saber de experiência” (idem, p. 26). Esse saber pode ser produzido, por exemplo, numa ocupação urbana quando, através da experiência de participar de um coletivo, o morador tem que aprender a debater questões em Assembléias sem que haja um líder para indicar um caminho. A ocupação urbana poderá exemplificar uma experiência adquirida que se baseia na vivência e no enfrentamento de reflexões que levam à autonomia de expressão e a construção da identidade das coletividades. Esse tipo de conhecimento de conhecimento pode ser chamado de *conhecimento político* (Sader, 1988, p.13) e ajuda na constituição das coletividades onde hajam práticas que garantam a expressão dos sujeitos e a defesa de suas vontades: o *sujeito coletivo* (Sader, 1988, p. 55). Segundo o prefácio de Marilena Chauí para este mesmo livro, “passando a fazer política de outra maneira e noutros lugares, os sujeitos dos movimentos passam por uma experiência definitiva, que nos permite captar a sua prática como verdadeira aquisição e produção de conhecimentos” (Sader, 1988, p. 13).

O coletivo também é uma importante referência para se evitar a nocividade e se alcançar alternativas de saúde. No trabalho para abordagens que se utilizam de derivações de instrumentos inovadores de ação trazidos por Ivar Oddone e seus colaboradores e posteriormente pela Ergologia.

Através da elaboração da OCT (Organização Científica do Trabalho) por Taylor o tempo, o espaço e o corpo dos trabalhadores foram disciplinados para obedecer às exigências do Capital. As perspectivas citadas visam a fazer o trajeto justamente contrário: usar a produção de conhecimento para desconstruir a nocividade que esse percurso causou, aos trabalhadores. Afirmar a potência da vida presente na singularidade e na diferença de cada trabalhador, para conjugar saúde com produtividade e qualidade. Nas rupturas possíveis na teia, do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o diálogo entre a experiência e o conhecimento tem que se dar de modo fecundo, gerando uma vida diferente para aqueles que participam de ocupações. Queremos começar este capítulo com várias concepções de experiência.

### 3.1 EXPERIÊNCIA É O QUE NOS PASSA

São três os principais questionamentos de Bondia, em seu artigo, “Notas sobre a experiência e o saber de experiência” (2002): A) o quê é a experiência? , B) quem é o sujeito da experiência? e C) como se constrói o saber da experiência?

#### A) Experiência

Segundo Bondia (2002), a palavra “experiência” em espanhol é “o que nos passa”, além de “o que nos acontece, o que nos toca” (pg. 21). Para ele, experiência não é “o que se passa”, mas “o que nos passa”, “o que se passa em nós” (p. 22). E a informação que nos é veiculada pela mídia, o que se passa, o que acontece, isso também é experiência? Não. “A cada dia se passam muitas coisas, porém ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça.” (ib, pg.21). Para o autor, vários fatores impedem-nos de experienciar, o que ele denomina de “anti-experiências”. O excesso de informação, a opinião, a falta de tempo, o apparatus educacional, o excesso de trabalho. O trabalho, por sua própria especificidade, mobilidade contínua e transformadora, tende a impedir a tessitura da experiência, na opinião do autor. Discordo desse posicionamento. Algumas vezes, o movimento para cumprir tarefas, para algumas pessoas, pode ser um modo de experienciar a vida, afirmando a singularidade e a diferença de cada um. Trabalhar pode ser um modo de produzir um sentido para a existência, junto com Clot (2006), pode ser um modo de produzir uma sociedade diferente. Muitas coisas, que transcendem o apenas cumprir tarefas no trabalho.

#### B) QUEM É O SUJEITO DA EXPERIÊNCIA?

Para Bondia (2002),

o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz afetos, inscreve marcas (...) deixa (...) efeitos (...) O sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde tem lugar os acontecimentos (...) *A experiência é a passagem da existência* (ib, pg. 24/ 25).

Seria, então um ser que tem uma “porosidade”, um ser que experimenta, com uma certa cautela, uma “experimentação tateante”. Há que se arriscar para experimentar.

Garantir a vida exige que a arrisquemos. Sentir-se em boa saúde é viver se arriscando no desconhecido. O que caracteriza um ser vivo com saúde é sua vitalidade, sua força de se afirmar como ser-no-mundo. Afirmar sua singularidade, sua diferença, combatendo seu medo, a preguiça e sua ansiedade.

O sujeito da experiência pode sofrer, mas se abre para sua própria transformação. A experiência também é paixão:

“Paixão” pode referir-se também a certa heteronomia, ou a certa responsabilidade em relação com o outro que, no entanto, não é incompatível com liberdade ou a autonomia(...) [quem está apaixonado percebe] algo que está fora de mim, de algo que não sou eu, e por isso, justamente, é capaz de me apaixonar. E “paixão” pode referir-se a uma experiência do amor (...) um desejo que permanece desejo e que quer permanecer desejo, pura tensão insatisfeita (...) Na paixão, o sujeito apaixonado não possui o objeto amado, mas é possuído por ele. Por isso, o sujeito apaixonado não está em si próprio, na posse de si mesmo, no autodomínio, mas está fora de si, dominado pelo outro, cativado pelo alheio, alienado, alucinado.

(...) A paixão tem uma relação intrínseca com a morte, ela se desenvolve no horizonte da morte, mas de uma morte que é querida e desejada como verdadeira vida, como a única coisa que vale a pena viver, e às vezes como condição de possibilidade de todo renascimento.(ib, pg. 26).

Vinicius de Moraes já dizia: “Ser feliz é viver morto de paixão”. As paixões não são apenas prazer, mas pathos também, ou seja, patologias, sofrimentos. Por isso a conclusão de Vinicius se esclarece pela vivência de paixões que podem nos levar a sofrer, mas nem por isso se esquivam de nos deixar felizes: o amor, a amizade, a gentileza, a paciência, a tolerância, o carinho.

### C) O SABER DE EXPERIÊNCIA.

A experiência produz no sujeito uma ordem epistemológica (saber) e uma ordem ética (práxis). Segundo o autor, “o saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. De fato, a experiência é uma espécie de mediação entre ambos.” (ib., pg. 27) O saber da experiência pode ser compreendido pela expressão *páthei máthos*, ou seja, um aprender pelo padecer. O saber de experiência trata-se de como a pessoa responde ao que lhe acontece e dá um sentido às experiências. É

diferente do conhecimento, na medida em que este se pretende genérico, universal, repetível; enquanto o saber de experiência está indissociavelmente ligado à existência, “com a vida singular e concreta de um existente singular e concreto. A experiência e o saber que dela deriva são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida” (ib, pg.27). A experiência “é irrepetível, sempre há algo como a primeira vez” (ib, pg. 28); tendo sentido no “modo como se configura (...) uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo). (...)” (ib, pg. 27).

### **3.2. EXPERIÊNCIA NUMA CONTRIBUIÇÃO TEOLÓGICA**

Ex-peri-ência para Leonardo Boff (“Experimentando Deus”, Versus Editora, 2002) é uma palavra cuja etimologia remete à seguinte definição:

“é a ciência ou o conhecimento (ciência) que o ser humano adquire quando sai de si mesmo (ex) e procura compreender um objeto por todos os lados (peri). A experiência não é um conhecimento teórico ou livresco. Mas é adquirido em contato com a realidade que não se deixa penetrar facilmente e que até se opõe e resiste ao ser humano. Por isso em toda a experiência existe um quociente forte de sofrimento e luta.

(...) A experiência resulta do encontro com o mundo, num vai-e-vem incessante, encontro que nos permite construir e também destruir representações que havíamos recebido da sociedade ou da educação. (...) O conhecimento que resulta desse embate é precisamente o que chamamos de experiência”.

Vemos que, para Leonardo Boff, a experiência já compreende o que para Bondia é o saber de experiência. Leonardo Boff continua:

“O saber é um saber veri-ficável que se fez verdade concreta e vital. Abertura, despojamento de preconceitos e idéias-feitas são condições indispensáveis à experiência. Fechar-se à experiência é negar-se ao questionamento, à chance de enriquecimento e revela atitude dogmática e fundamentalista, portanto manifesta um saber não-verificável, que não sub-siste nem re-siste em contato com a realidade experimentada.” (p. 40/41)

Nesse sentido, Leonardo Boff está nos dizendo que se recusar a experimentar só gera mais preconceitos. Vemos isso com o racismo, o classismo, o sexismo, e todos os ismos, incluindo para Leonardo Boff, o cientificismo. Pois a ciência se pretende enquanto conhecimento que prevê o comportamento futuro dos seres e dos

Acontecimentos, sendo assim os cientistas, da ciência positivista, se vêem como profetas.

Sabe-se há outros modos de se fazer ciência ou mesmo de se relacionar o saber e o conhecimento. Por saber, entendamos aqui, o conhecimento prático, o saber-fazer, o saber da vida, o saber de ser um ser que existe e experiencia. E o conhecimento como conhecimento científico, que se pretende universal, absoluto.

Na verdade, só a religião define-se como o saber absoluto, inquestionável, dentro dos pressupostos subjetivos que o sustentam.

A ciência, ao não aceitar questionamentos, se transporta ao lugar de religião. Isso já foi dito por muitos. A ciência da experiência, porém, é de outra natureza. Continua Leonardo Boff acerca da ciência da experiência:

“A ciência que resulta da *ex-peri-ência*<sup>36</sup> não é mera sensação de um objeto. É a síntese de toda uma série de abordagens do objeto (*peri*: “ao redor de”, “em torno de”).

(...) Já vimos, da palavra *ex-peri-ência*, o sema *peri* (ao redor de). Falta-nos analisar o sema *ex*. *Ex* é uma pré-posição latina que significa, entre outros conteúdos, “estar orientado para fora”, “exposto a”, “aberto para”. Temos, por exemplo, as palavras: ex-clamação, ex-posição, ex-istência. Neste sentido, *ex*-prime uma característica fundamental do ser humano como ex-istência.”

A ex-istência dói, pois é voltada para fora. Isto não significa incompletude, falta desejo. Significa uma força centrípeta ao redor da realidade externa. Se bem que esse “externo” não é assim tão desconectado do “interno”. Pode ser comparado àquele estranho anel que se forma quando cortamos uma fita de papel, e juntamos as pontas, aos lados inversos da fita. “Um dentro” que é continuidade “do fora”, que é uma dobra singular “do fora”, uma conjuntura peculiar de fragmentos de história e percepção.

“Ele é um ser que ex-iste votado para fora (*ex*), em diálogo ou em comunhão com o outro ou com o mundo”.

Para ser feliz, basta ter um olhar de amor a esse exterior que se percebe e com o qual se interage.

O *ex* é algo que se dirige a um exterior; *peri* sendo o observar um acontecimento por todos os ângulos.

---

<sup>36</sup> Veja a raiz semelhante de *empírico* e *experiência* no grego: *empeiria*.

“Resumindo, experiência é o modo como interiorizamos a realidade e a forma que encontramos para nos situar no mundo junto com os outros.”(p. 43)

A experiência é uma ciência, na concepção de Leonardo Boff, como se vê.

A partir do taylorismo e do fordismo, *a ciência se subordinou ao capital*, através dos métodos como o OCT (Organização Científica do Trabalho), que se pretendia um modo científico de organizar a produção, mas que era uma apropriação da ciência para servir à geração de lucro através da exploração do trabalhador. O que eu pretendo é justamente uma inversão desse processo: *usar a produção de conhecimento para afirmar a vida, e para produzir diálogos potencializando o combate a todas as formas patógenas de sofrimento*.

A ciência positivista teme a experiência e tenta se apropriar dela através do método, “domando-a” e transformando-a num conhecimento positivista: “numa série de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade do que são as coisas e dominá-las”(Bondia). Assim, o conhecimento se tornou um *mathem*: “uma acumulação progressiva de verdades objetivas” (idem). Será essa concepção de ciência que pode nos ser útil na área de saúde do trabalhador? Prefiro acreditar em outras perspectivas: o modelo operário de conhecimento de Ivar Oddone e colaboradores e a perspectiva de Schwartz e colaboradores.

### 3.3.A COMUNIDADE CIENTÍFICA AMPLIADA

As comunidades científicas ampliadas foram experienciadas inicialmente por

um grupo composto por operários, sindicalistas, estudantes, profissionais diversos e cientistas que se reúnem na Bolsa de Trabalho de Turim, a partir da metade dos anos 60, e dá origem às “comunidades científicas ampliadas”. Através do confronto entre os saberes formais dos pesquisadores e os saberes informais dos trabalhadores estas comunidades investigam de maneira autônoma, reivindicação do movimento sindical, o meio de trabalho apresentando propostas de transformação. Nasce daí uma nova concepção de pesquisa e de produção de saber sobre o trabalho. (Schwartz, 2000, p. 39).

Nesse momento, o sindicato italiano emergia como dispositivo de transformação da realidade social, na medida em que a economia estava crescendo, mas também a



precarização<sup>37</sup> do trabalho. A resistência à precarização eclode, e o sindicato passa a articular os operários, os “intelectuais orgânicos” (Gramsci) e os estudantes, na luta para construir “a hegemonia política da classe operária, o que demandava, paralelamente a construção de sua hegemonia cultural” (Vicenti, 1999, p.2).

Primeiramente, existia um debate entre intelectuais e trabalhadores engajados na transformação das situações de trabalho sobre duas vias contraditórias para superação concreta da nocividade no processo de trabalho, de modo a ampliar o escopo de ação dos coletivos de trabalhadores sobre o meio e sobre eles mesmos:

- A) A crença de que era preciso substituir os “maus” especialistas por outros “melhores”, atuando em nome de uma “outra” psicologia ou medicina do trabalho; especialistas esses que reconhecessem o pedido de socorro dos trabalhadores. Chamou-se esta via de “especialista-relé” (Clot, 1999, p.3);

Nas ocupações, alguns apoios funcionam dessa forma, atuando como especialistas a favor dos ocupantes. No nosso processo enquanto apoio, percebemos que corríamos o risco de trabalhar *para /pelas* pessoas das ocupações, e não como acreditamos agora, *atuar junto com* os moradores.

- B) A idéia de que era preciso “pesquisar novos critérios que permitissem definir o índice de nocividade e novas formas de participação operária.” (Oddone, 1981 *apud* Clot, 1999 ). Foi nessa que Oddone e companheiros se engajaram. A partir daí surgiram as comunidades científicas ampliadas e que o “grupo operário homogêneo” assume o centro da cena.

Mas como foi a construção histórica das Comunidades Científicas Ampliadas? No meio dos anos 60, começou a se reunir um grupo de operários, cientistas, sindicalistas e estudantes, entre os quais se encontrava Ivar Oddone. E o quê faziam?

Esse grupo desordenava os papéis tradicionais de todos os atores, analisava a organização do trabalho e os problemas de nocividade na fábrica, pois, pela

---

<sup>37</sup> Por precarização, podemos entender, junto com Antonella de Vicenti (1999), baixos salários, o crescimento da desqualificação e do desgaste dos trabalhadores.

primeira vez, o sindicato reivindicava o direito de pesquisar de maneira autônoma o ambiente de trabalho e de lançar proposições para a sua transformação. (Vicenti, 1999).

Nas primeiras pesquisas na área de saúde do trabalhador, a intervenção ainda era delegada aos especialistas, mas posteriormente, o grupo começou a construir um novo modelo de conhecimento: o modelo operário de conhecimento, com uma intervenção sindical correspondente. Mas do quê se trata esse modelo?

O modelo operário de conhecimento se apresenta como um novo paradigma pois está “centrado sobre a valorização da experiência individual global dos trabalhadores e da classe operária, em relação ao conjunto de elementos que determinam a organização do trabalho” (Schwartz *apud* Vicenti, 1999).

Este modelo tem três eixos ou pilares: 1) o grupo operário homogêneo de produção, 2) a validação consensual e 3) a não delegação, segundo Vicenti (1999):

- 1) “O *grupo operário homogêneo* é o grupo de trabalhadores que vive conjuntamente a mesma experiência de trabalho”. Entendendo que quando há uma experiência coletiva no trabalho, o grupo se torna mais autônomo e cria suas próprias regras de funcionamento. Oddone et al. (1986, p.117) afirmam que o valor do grupo operário homogêneo está “nesta experiência sedimentada, validada pelo o tempo, que é um patrimônio cultural que vive para além do fato de que mudam seus componentes, desde que isso aconteça de modo que seja possível a sua transmissão”.
  
- 2) “A *validação consensual* é o julgamento coletivo pelo qual o grupo valida a experiência de cada trabalhador relativa às condições de trabalho [...]A validação do grupo integra a experiência do sujeito na experiência coletiva fundada pela consciência de classe” (VICENTI, 1999), o que (e)leva os julgamentos qualitativos dos trabalhadores a se transformar em critérios quantitativos de avaliação, alcançando o saber da experiência uma dimensão científica.

- 3) *A não delegação* é a não transferência da responsabilidade de análise e intervenção referentes às nocividades no trabalho aos especialistas. Sendo o trabalhador o “termômetro” da nocividade, pode detectá-las como sendo não-quantificáveis, à exemplo dos ritmos e da fadiga industrial. Constituindo-se também, instrumentos de análise e de intervenção no trabalho, mais condizentes com a realidade que eles experimentam e, que desejam transformar. Dessa forma, “O modelo operário de conhecimento revolucionava a abordagem científica da nocividade introduzindo a percepção subjetiva do trabalhador validada pelo grupo homogêneo como critério de avaliação da nocividade”. (Vicenti, 1999). Não delegar, significa não deixar que mesmo os intelectuais aliados, tivessem no processo de produção de conhecimento mais poder que os trabalhadores em termos de escolha, como vemos na citação radical a seguir:

Rejeitamos a recuperação da subjetividade, pois seja quem for que a realize, esta pressupõe um sujeito externo aos homens expostos ou de qualquer maneira, um sujeito que não coincide com o grupo dos homens expostos, e portanto o exclui, às vezes raramente, não no momento da recuperação da experiência, mas certamente no aspecto que mais nos interessa, isto é, no da definição dos planos para reduzir o risco e, sobretudo, na responsabilidade das escolhas estratégicas de fundo.

Recuperação da subjetividade quer dizer delegar, e de outro lado, a recuperação da subjetividade por parte dos técnicos é um fato antigo, representa a própria base do crescimento da medicina e da psicologia do trabalho. Os operários não tem a necessidade de que seja um técnico, mesmo de extrema esquerda, quem recupere a sua subjetividade, se nunca os técnicos (mesmo os de esquerda) tem necessidade de que a classe operária recupere sua subjetividade de técnicos em termos de escolhas de campos e tem termos de escolhas diferentes dos modelos tradicionais, para utilizar o saber. (Oddone, 1986, p.120).

Essa indicação se confraterniza com uma idéia cara aos coletivos das ocupações a da não-representação. A aposta é de não se delegar a nenhuma pessoa seja apoio ou morador a responsabilidade pelos encaminhamentos e decisões do coletivo. É importante reafirmarmos que só é possível apoiar as ocupações numa perspectiva de colaboração, e de cooperação. É preciso fazer uma crítica radical aos especialismos.

A comunidade científica ampliada deixa esta produção de conhecimento e da intervenção nas situações de trabalho, cujo combustível é diálogo e confronto entre a experiência operária e o saber dos especialistas. Assim, os trabalhadores passam de fontes de informação a participantes ativos, na construção do conhecimento e na transformação de suas condições de e organização do trabalho<sup>38</sup>.

### **3.4. DISPOSITIVO DE TRÊS PÓLOS**

Certas mudanças conjunturais que ocorreram desde o final da década de 70 no mundo do trabalho, impuseram a necessidade de se repensar o dispositivo comunidade científica ampliada. Para compreender estas mudanças, foi necessário considerar-se o trabalho operário como “uma concepção mais geral da atividade humana como tentativa universal (...) de renormalização parcial dos meios de vida. (...) A atividade aparece como produtora, matriz de histórias e de normas antecedentes que são sempre renormalizadas” (Schwartz, 2000a, p. 42).

Existe, no pólo do saber de experiência, a “convocação” dos saberes disciplinares, e a sua posterior “reconvocação”, ou seja, a testagem e avaliação destes conhecimentos, em confronto com os saberes e a experiência. Entre o pólo da convocação e da reconvocação dos saberes e o pólo dos conceitos acadêmicos existe uma “incultura” recíproca. Segundo uma concepção de ciência positivista empirista, é necessário a sistematização de conceitos que sejam universais e que, portanto deixem de lado a história singular de cada objeto de estudo. Por outro lado, no saber prático, há “uma tendência ligada ao retrabalho da experiência e à (micro) fabricação de histórias” (idem, p. 43). Toda a dificuldade se dá no sentido de pôr a experiência em palavras.

Schwartz(2000a) avalia que a conceitualização “comunidade científica ampliada” é inadequada, pois o termo “científica” pode parecer que o conhecimento das atividades pertence à academia. Além do mais, o pólo que regularia a articulação entre o pólo dos

---

<sup>38</sup> “Condições de trabalho” e “organização do trabalho” como conceitualizados por Christophe Dejours.

conceitos e o da experiência é o da consciência de classe, da luta emancipatória presente em todos. Mas agora não é mais possível essa “consciência de classe” fundada na relação exclusiva com os sindicatos. Os parceiros não são somente militantes operários, mas desempregados, profissionais de diversos ramos, consultores. Fez-se necessária então, a criação de um novo terceiro pólo. À partir dos limites desta conceitualização, Schwartz(idem) cria o dispositivo de três pólos, como consequência à idéia da renormalização da atividade. Mas quais seriam estes pólos?

O primeiro, trata do pólo dos conceitos, onde se fabricam os conhecimentos formalizados. Aqui encontramos a noção de mercado, as ciências biológicas, lingüísticas. Todos os saberes de diferentes disciplinas acadêmicas que contribuam para o estudo das atividades humanas são importantes, não havendo aqui exclusão a priori de uma determinada disciplina em detrimento do poder de outra.

O segundo pólo, trata “dos saberes gerados nas atividades” (Schwartz, 2000a, p. 44). Estas forças de convocação e reconvocação retrabalham modelos, descrições e categorizações que os trabalhadores encontram em seu meio de trabalho. Aqui podemos falar de como os saberes não são neutros e são convocados, por exemplo, nas ocupações, para ajudarem a pensar vários problemas práticos do cotidiano. Nossos conceitos são ferramentas que podem ser utilizadas pelo coletivo da ocupação. Esse processo gera uma necessidade permanente de retrabalho, já que se percebe na intervenção, que há sempre uma defasagem entre os conceitos e a experiência.

O terceiro pólo, necessário para a fecundação dos outros dois, é o ético-epistemológico. Aqui se faz necessário uma “humildade epistemológica”, um sentir e ouvir o outro como legítimo outro. Há “desconforto intelectual”, porque os conceitos, pré-conceitos e o saber da experiência devem ser sempre tratados e retratados. A impregnação com quem está no outro pólo é a que contagia esta disposição desconfortável. Este pólo pode ser resumido como a dupla trajetória de retornar a palavra à atividade, e de retornar a atividade à palavra.

A convocação acontece quando os saberes acadêmicos começam a dialogar com outros saberes investidos na atividade, ou seja, os saberes dos trabalhadores. Ocorre então um questionamento mútuo, que Schwartz (2000a) chama de “maiêutica em duplo sentido”.

A maiêutica é uma técnica que consiste de fazer o outro perceber, numa conversa, a fragilidade daquilo que ele está falando. Segundo o dicionário Aurélio, maiêutica é: “1.Processo dialético e pedagógico socrático, em que se multiplicam as perguntas a fim de obter, por indução dos casos particulares e concretos, um conceito geral do objeto em questão.” Segundo o livro “Convite à filosofia” de Marilena Chauí, a prática socrática consistia em se tentar chegar à essência das opiniões usados em conversas no senso comum, isto é, aos conceitos universais. Por outro lado, ela desconstruía as mumificações de idéias, valores, práticas e comportamentos, tidas como naturais, e o que parecia evidente acabava por ser questionado. Crianças fazem isto quando brincam de “Porquê?” com os pais, ou seja, perguntam porquê a todas as respostas que os adultos lhes dão.

A maiêutica leva a uma saída do senso comum e a entrada numa discussão mais profunda. O efeito é um retrabalho dos conceitos e teorias, onde se faz necessário uma “humildade epistemológica”: ambos os pesquisadores e os trabalhadores precisam estar abertos a ouvir e aprender um com o outro.

O primeiro pólo é sempre provisório, na medida que nenhum modelo é absoluto e universal. A questão então que se coloca é: Como quebrar o muro que separa os dois saberes? Quando os dois saberes se encontram, um vai mostrar a fragilidade do outro. Esta crítica é positiva na medida em que não desqualifica nem a um nem a outro saber. E, pode incentivar o desenvolvimento dos mesmos. O dispositivo de três pólos pode ser resumido numa máquina que produz e faz circular saberes e conhecimentos conjuntamente.

Entre apoiadores e moradores deve existir necessidade real de aprender uns conhecimentos, vivências. Mudar o modo de viver e de trabalhar, buscar a interface de diferentes saberes, através de reflexões contínuas, seria o desejado. O apoio, nesta perspectiva, transforma-se numa relação construída coletivamente, com princípios éticos e epistemológicos comuns, observadas as diferenças de tarefas e responsabilidades.

### **3.5. A COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA: UM TEMPERO BRASILEIRO**

As comunidades científicas ampliadas foram utilizadas no Brasil durante os anos 80 pelo movimento de trabalhadores e profissionais de saúde coletiva. Aproveitando formas de luta nos locais de trabalho, como nas comissões de fábrica (Brito et al, 2003). Neste

contexto já bem descrito por Sader (1988), o movimento sindical brasileiro se apropriou do patrimônio italiano.

Recentemente, a partir de 2000, foram construídos dispositivos baseados tanto nas comunidades científicas ampliadas como no dispositivo a três pólos, sendo denominados Comunidades Ampliadas de Pesquisa (Brito et al, 2003). A escolha de trocar a palavra “Científica” por “Pesquisa” visou exatamente corroborar com o alerta de Schwartz, já levantado acima, sobre os limites do termo “Científico”. A palavra “Pesquisa” já estava incorporada graças ao patrimônio histórico da educação popular no Brasil como algo possível de ser feito por não especialistas. No que tange à promoção de saúde dos trabalhadores, o sujeito da experiência tem um papel vital. Vide Brito et al.( 2003):

Existe uma parte do corpo – ou melhor, da experiência do corpo – que é inacessível aos outros (e muitas vezes à consciência do próprio sujeito). Compreender o que acontece com o corpo exigem sempre um diálogo com aquele que vive a experiência do seu corpo, da sua saúde, da sua dor, do seu trabalho. (...) Não se pode dispensar ou substituir aquele que vive a experiência por alguém de fora, exterior à experiência”(p. 27).

Foi inicialmente no interior do Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas<sup>39</sup> que foi experimentado esse dispositivo. Tudo começou com uma demanda do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe- RJ) para pesquisadores da Fiocruz, para estudar a relação saúde-trabalho nas escolas públicas do Rio de Janeiro, já que muitos professores estavam adoecendo, tirando licença e voltando reabilitados. Concomitantemente, em outros estados (Espírito Santo e Paraíba), também aconteciam pesquisas sobre este tema. Portanto, esse fato propiciou tanto um Programa de Pesquisas que dialogava em rede nacional, como um Programa de Formação, que foi construído em parceria com os sindicatos de trabalhadores de escolas públicas e pesquisadores da Ensp-Fiocruz, UERJ, UFPB e UFES.

A proposta era

a de pôr em ação uma forma de investigação em parceria. Uma co-elaboração, em um espaço que cada pólo de saber tem a oportunidade de ampliar seus horizontes. Sim, pois o diálogo entre os pólos capacita-os a

---

<sup>39</sup> Programa coordenado por Jussara Brito, pesquisadora da Ensp/Fiocruz, que teve a participação de outros pesquisadores da Fiocruz (Kátia Reis da Silva e Maria Blandina Marques dos Santos), da UERJ (Milton Atahyde), UFPB (Mary Yale Neves, Edil Ferreira da Silva e Hélder Pordeus Muniz) e da UFES (Bete Barros)

reformular suas próprias questões, suas formas de colocar as questões, fortalecendo-os para recolocar novas questões (um para o outro) (Brito et al., 2003, p. 15).

(...) abordar, sistematicamente, os nossos problemas de saúde, com base em conhecimentos, experiências, sensações. Conhecer as resistências e defesas que individual e coletivamente criamos para nos mantermos trabalhando e uma forma de melhor compreender a relação saúde – trabalho. (Brito et al., 2003, p. 17).

Essas comunidades ampliadas de pesquisas produziram não apenas vários trabalhos acadêmicos, mas também mudanças nas formas de lutas dos trabalhadores das escolas públicas envolvidos, bem como algumas transformações em suas condições de trabalho<sup>40</sup>.

Atualmente, experiências de Comunidades Ampliadas de Pesquisas (CAPS) vêm sendo desenvolvidas em escolas e serviços de saúde públicos<sup>41</sup>. Pensamos que seria possível, também nas ocupações, resguardando os princípios éticos e epistemológicos. Com metodologia diferente da que tem sido usada nas escolas e na saúde pública, considerando que o trabalho na ocupação não é assalariado, e, envolvem outras atividades, além da atividade de trabalho. As condições e a organização do trabalho são diferentes. Não se tem ainda condições de apontar o método de operacionalização para as CAPS nas ocupações. Essa pesquisa é apenas um desbravamento desse território de análise e intervenção. Criar e inventar junto com os moradores e outros apoios das ocupações essa possibilidade é uma urgência a ser tentada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações estão repletas de trabalhos humanos, entendidos aqui como atividades de transformação do meio e de si mesmos. Atividade como debate entre normas antecedentes e renormatizações (Schwartz, 2000b). Concordamos com Canguilhem (1995)

---

<sup>40</sup> Entre pesquisas que avaliam essa experiência citamos a tese de doutorado de Silva (2003) e a dissertação de mestrado de Costa (2004).

<sup>41</sup> Este dispositivo tem sido experimentado também em serviços de saúde pública no interior da Política Nacional de Humanização do SUS (Barros et al., 2006) através da iniciativa de Bete Barros, professora da UFES e uma das protagonistas do programa de formação nas escolas, que vem trabalhando como consultora do Ministério da Saúde.



que a saúde passa exatamente pela questão da possibilidade de renormatização, de enfrentar um meio que é sempre “infel”, por isso, torna-se importante para os ocupantes o exercício cotidiano de atividades coletivas.

A Atividade é triplamente orientada (Clot, 2006): para o objeto, para o outro, e para o sujeito. Na atividade, ocorre um desenvolvimento do sujeito, devido a sua transformação: passa de um estado para outro. Transformar para conhecer é sua epistemologia. Clot, em sua metodologia de pesquisa, faz o trabalhador viver uma nova experiência: coloca-o como participante de uma atividade que ao mesmo tempo o transforma.

As metodologias de pesquisa-intervenção derivadas de Oddone e colaboradores (1986) valorizavam a experiência do trabalhador. Essas pesquisas conduzem o trabalhador a um processo de formação, onde o conhecimento sobre o meio visa identificar as nocividades, ou seja, aquilo que adoce no trabalho e se organizar, planejar e efetivar lutas e ações contra isso. Por outro lado, a experiência de participar de uma ocupação numa metrópole contemporânea, em que há organização e poder popular, é também um processo de formação política. Essa formação, resulta de um certo tipo de conhecimento sobre o meio, podemos denominar de política, junto com Eder Sader (1988), a percepção e análise da nocividade do meio social, a organização coletiva e a efetivação de uma luta transformar essa nocividade. Essa luta é uma das características daquilo que entendemos como trabalho. Por isso, o processo pelo qual os ocupantes passam pode ser chamado de trabalho.

Os ocupantes organizam-se o seu trabalho de forma autogestiva, formando comissões de trabalho que funcionam como processo de formação. Um processo de trabalho como um devir, em constante fluxo e discussão através das Assembléias, que serve ao mesmo tempo, de espaço de determinação da organização do trabalho, já que as comissões e as regras de trabalho são tiradas nas Assembléias. É lá que ocorrem o planejamento da ocupação e das estratégias de luta coletiva, como vão se dar as relações com a vizinhança, com os políticos, com os sindicatos, com os outros movimentos, com os donos dos imóveis.

### **Dificuldades e limites deste percurso e questões para futuras pesquisas**

Houve durante um grande período uma certa desarticulação da prática com a teoria, já que não conseguíamos (meu orientador e eu) fazer dialogar a minha *experiência* de militante de um movimento social, com os *conhecimentos* sobre psicologia do trabalho. Porém, a pré-defesa foi um momento crucial. Nesse sentido, houve um forte diálogo entre experiência e conhecimento, e conseguimos fazer fluir o trabalho com mais cooperação e coordenação.

Um caminho não se faz sem escolhas e prioridades, o que fez com que limitássemos o estudo da práxis de outros movimentos sociais e que não travássemos um diálogo com outras abordagens que poderiam nos auxiliar como a Esquizoanálise. A idéia de pensar as assembleias como rizomáticas é uma das possibilidades que poderão ser mais bem desenvolvidas no futuro. Além disso, gostaríamos de apontar outra questão que merecem novas pesquisas.

- A questão da segurança.

Uma questão principal que sempre aparecia era a questão da segurança, principalmente na ocupação Chiquinha Gonzaga. Tomemos o exemplo de uma Assembleia na Chiquinha na qual essa questão foi levantada.

Ano de 2005.

Mariano andara trancando em casa sua filha de 22 anos (Berlinda), juntamente com os filhos dela. Num determinado momento, corria atrás dela com um bastão para bater nela, pois ela queria ir para a feira de São Cristóvão e deixar as crianças trancadas em casa.<sup>42</sup>Enfim, naquele momento, houve uma comoção generalizada devido aos gritos e choro de Berlinda e dos filhos de Berlinda. Silvana, irmã de Mariano, estava no corredor gritando em apoio a Mariano.

Este fato propiciou fora a situação uma Assembleia em caráter urgente. Parece cômico, não fora trágico. Desta situação, derivou-se uma complexa discussão na Assembleia, na qual a própria Silvana descreveu a relação entre Mariano e Berlinda como

---

<sup>42</sup> Importa notar que M. é parte de uma família muito poderosa dentro da Chiquinha Gonzaga, numerosa, da qual S. é um membro importante. Ela tem um filho, uma outra irmã com dois filhos, o próprio M. que é seu irmão, e agora um sobrinho-neto. Oficialmente, S. é apenas mais uma moradora, mas na prática, ela tem “moral” porque é “brava”.

de um homem que a deseja como mulher. E várias questões relativas à segurança da ocupação foram levantadas. Vejamos algumas delas.

- 1) Há necessidade ou não de se criar uma comissão de segurança, visto que não é permitido chamar a polícia? Note-se que um registro de violência na polícia representa uma arma a mais que poderia criminalizar a pobreza, enfraquecendo a ocupação.
- 2) Quais são as fronteiras entre público e privado?<sup>43</sup>
- 3) Pode-se e deve-se interferir em briga de família?
- 4) Como analisar o comportamento das pessoas envolvidas em violência?
- 5) Que medidas tomar?
- 6) Como promover a segurança? A partir de quais discursos? A partir do discurso da paz burguesa, que normalmente acontece depois de chacinas envolvendo pessoas pobres? A partir do discurso de que é necessário um órgão que se encarregue desse setor? A partir de um discurso de que a segurança é de responsabilidade de todos, e que deve ser promovida por discussões regulares acerca desse tema? <sup>44</sup>

Essa última possibilidade é o que acontece na prática, pois atos de violência e conflito estão sempre acontecendo na ocupação, gerando pontos de pauta na Assembléia, e assim sempre se colocam todas essas questões aqui listadas sobre segurança. Mesmo que de forma indireta, na forma de decisões a serem tomadas por todos quanto aos aspectos práticos da questão.

---

<sup>43</sup> Como cada família ou casal ou morador tem apenas um quarto com banheiro, ao abrir a porta de seu quarto, se deparam com o vizinho. A proximidade devido ao espaço físico faz uma diferença nas suas relações, que juntando-se ao processo de ocupação, transforma os moradores em uma comunidade.

## **Regra de ouro do trabalho do apoio: Trabalhar COM e não PARA eles.**

Considero que a experiência deve sempre dialogar com o conhecimento. Nas ocupações, pode-se criar um acúmulo de forças que culmine em momentos de Comunidade Ampliada de Pesquisa. Não dá pra estabelecer a Comunidade Ampliada de Pesquisa separadamente da Assembléia, então o grande lance é possibilitar que momentos de produção de conhecimento se dêem no encontro entre apoios e moradores. Uma atitude epistemológica que importa manter é a fala e a escuta arriscada, propostas por Dejours (2004). Só através da utilização destas por ambos os lados, pode haver uma verdadeira dialogia. E a verdadeira dialogia constitui-se de momentos em que os paradigmas de ação e conhecimento das pessoas são colocados em reflexão e algumas vezes em transformação. Por isso seriam momentos paradigmáticos. Momentos de transição dos paradigmas.

Seria dar continuidade aos debates iniciados com minha pré-defesa, um momento crucial, onde ninguém esperava tal sinergia: dois moradores das ocupações/trabalhadores se encontram com dois estudantes de Mestrado na UFF, e dois professores de Psicologia do Trabalho da UFF. Esse encontro se tornou uma máquina que provocou muita coisa: na Zumbi dos Palmares está se revendo o processo de ocupação; nos professores, a noção do que era uma ocupação e da inteligência que lá residia nas pessoas. Em mim, um forte processo de crítica em relação à minha prática na ocupação; no meu colega de mestrado presente na pré-banca, uma aprendizagem sobre Movimentos Sociais; nos ocupantes o espanto de encontrar aliados na academia. Máquina de máquinas.

Como dissemos na introdução não elaboramos um “método” de intervenção, mas apenas apontamos questões epistemológicas e metodológicas que podem auxiliar na construção de métodos segundo a demanda e a realidade das ocupações. E isso foi a minha busca por uma “humildade epistemológica e metodológica”. Foi um percurso um tanto atribulado, pessoal e acadêmico. Um percurso que todo pesquisador de ciências humanas que quer fazer da prática e da teoria dialéticas fecundas, tem que passar. De fazer a prática (a experiência) e a teoria (o conhecimento sistematizado) dialogarem, em todos os âmbitos da vida. Descobrimos, no processo, que a parte prática iria melhorar apostando em diversos caminhos.

Apostando que, no planejamento e efetivação de propostas artesanais, artísticas, ou coletivas de outra natureza, como debates, os ocupantes, assim como no Clube de Mães de São Paulo na década de 80, (tão bem nos apresentado por Eder Sader), possam reorganizar a ocupação à partir de um movimento subjetivo e singular, da construção de uma cultura onde a solidariedade e a liberdade possam ser prioritárias. Apostando também, junto com Gianni Rodari (1982, p.11), no valor da imaginação para

todos [...]que sabem o valor de liberação que a palavra pode ter. “Todos os usos da palavra a todos” parece um bom lema, sonoramente democrático. Não exatamente porque todos sejam artistas [como profissão], mas porque ninguém é escravo.

Apostando no brincar, no lúdico, no cultural, no artístico, no compartilhar pão, na produção coletiva de delírios, de alegria, de cores, de torrentes de palavras, de vulcanizações, de revoltas, canalizadas na direção do modo capitalista de produção; de graffiti, de espaços coletivos de discussão de questões que vão desde sexualidade até filosofia. Apostamos que a construção de um *holding cultural* evita que os jovens se desesperem na sua revolta contra o mundo, movimentando esta energia centripetamente em relação à construção de um mundo justo, onde “se trabalha de acordo com suas capacidades e se ganha de acordo com suas necessidades”.

A produção de alternativas só poderá continuar com a efetiva realização e multiplicação de encontros de debates entre pesquisadores/apoiadores e ocupantes, ou melhor, entre pesquisadores. Estamos propondo um debate inicial a partir da apresentação e discussão dessa dissertação nas ocupações. Já foi feito um momento de Comunidade Ampliada de Pesquisa na minha Pré-defesa, mas como naquele momento tinha apenas dois ocupantes, pretendemos dar continuidade a conversa, ampliando os destinatários.

A consciência política da desigualdade social e seus efeitos, bem como uma ação no sentido de reverter esse processo gera saúde. Nas ocupações, as pessoas têm muita consciência política. Isso as leva a poder argumentar e reivindicar seus direitos, pois passaram por um processo de formação política ao participarem da organização e preparação de uma ocupação para a efetivação das propostas. Elas fazem resistência ao sistema. Resistência aqui entendida como uma capacidade de analisar a nocividade, e lutar

para transformá-la. Se organizar para tal e agir baseado em fins coletivos. Trabalhar.  
Conhecer. E Amar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[www.mtst.info](http://www.mtst.info). Página do MTST de São Paulo, onde encontra-se o "**Manifesto Chico Mendes: O direito à vida está acima do direito à propriedade !!!**", que foi atualizado pelo MTST na Internet em Ter, 20/12/2005

[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br). Fundação João Pinheiro, 2004. **Déficit Habitacional no Brasil: Municípios Selecionados e Microregiões Geográficas**. Centro de Estatísticas e Informação. Belo Horizonte.

“A CIDADE – a cidade que queremos. Jornal por um Brasil sem Despejos”, produzida pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, Mimeo. 2006<sup>45</sup>.

Araújo, A., Alberto, M.de F., Neves, M.Y. e Athayde, M. (org). **Cenários do trabalho – subjetividade, movimento e enigma**. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2004.

Athayde, M. **Anotações de aula proferida em 12.03.2002**, na disciplina de Psicologia do Trabalho, graduação de Psicologia, Rio de Janeiro, UERJ.

Barros, M. E. B.; Mori, M. E.; Bastos, S. **Trabalho e redes de saúde. Valorização dos trabalhadores da saúde**. Editora MS, Brasília:2006.

Bondía, J.L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Abr 2002. No. 19. P. 20-28. ANPED.

Boff, L. **Experimentar Deus- a transparência de todas as coisas**. 3<sup>a</sup>. edição, Editora Verus. Campinas, 2002.

---

<sup>45</sup> Plataforma Brasileira para Prevenção de Despejos, um documento político criado por movimentos sociais, ONGs e organizações governamentais nacionais e internacionais, com apoio da Oxfam.

Brito, J., Athayde, M., Neves, M. Y. et al., **Caderno de textos do Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas**. Org. Brito, J; Athayde, M. e Neves, M.Y. Editora Universitária, João Pessoa, 2003.

Canguilhem, G. **O Normal e o Patológico**. 6<sup>a</sup> Edição. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1995.

Caponi, S. Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concept de salud. In: **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, IV. (2).P: 287-307. Jul/out. 1997.

Chauí, M. Prefácio In: Sader, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1988.

Clot, Y. Curso: “**Uma Psicologia Histórico-Cultural para a Compreensão das Práticas Educativas**”. Organizado pelo LAEL-PUC/SP. 20 a 24 de Setembro de 2004. Texto elaborado a partir de transcrições e anotações.

Clot, Y. **A Função Psicológica do Trabalho**. Editora Vozes, Petrópolis, 2006.

Clot, Y. Ivar Oddone: Os instrumentos de ação. In: **Territoires du travail (Les continents de l'expérience)** no. 3, Avril, 1999. Cateis, Marseille

Coelho, M. T. A. D. e Almeida Filho, N. de: 'Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica'. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9(2):315-33, maio-ago. 2002.

Constituição Federal (1988)



Costa, J. D. **O Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho em Escolas Públicas” e a produção de subjetividades.** Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2004.

Cru, D. “Aucun risque!” Travail, représentation du risque et prévention” em **Education Permanente** (revista), no. 117, p. 75-83. 1993.

Daniellou, F., Laville, C. e Teiger, C. Ficção e realidade do trabalho operário. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.** No. 68. Vol.17- Out/Dez. 1989.

Dejours, C. **A loucura do trabalho** - estudo de psicopatologia do trabalho. Cortez Editora. São Paulo, 1988.

Dejours, C. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2004.

Dejours, C. Inteligência operária e organização do trabalho- a propósito do modelo japonês de produção. In: Hirata, H.(org.) **Sobre o “Modelo Japonês.** EDUSP: São Paulo. 1995.

Dejours, C. **O Fator Humano.** 3ª Edição. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

Dejours, C., Dessors, D. & Desrlaux, F. (1993). **Por um trabalho, fator de equilíbrio.** *Revista de Administração de Empresas*, 33(3), 98-104.

Ferreira, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro. 2ª. Edição, 1986.

Figueiredo, M., Athayde, M., Brito, J. e Alvarez, D. (org). **Labirintos do Trabalho – Interrogações e Olhares sobre o Trabalho Vivo.** DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2004.

Gohn, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais- paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª. edição, Edições Loyola. São Paulo, 1997.

Herold Jr., Carlos. **As relações entre corpo e trabalho: contribuição crítica à educação**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2006. P.78

Jornal do Brasil, 11/07/2006, p.A7

Jornal O Dia de 06/11/2006

Jornal Estado de São Paulo, dia 23/11/2006

Jornal do Brasil em 19/08/2001

Kowarick, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000

**Manifesto da Frente de Luta Popular**. Mimeo. Rio de Janeiro, 2001.

Marx, K. **O Capital**. Volume I, Tomo 1. Nova Cultural. São Paulo, 1985.

Maturana, H. El Amor y el Origen de la Humanidad. Aula proferida na Alemanha, em 08/06/1988, El Sentido delo Humano. P.248-257.

Oddone, I., Marri, G., Gloria, S., Briante, G., Chiattella, M., Re, A. **Ambiente de Trabalho- a luta dos trabalhadores pela saúde**. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.

Rocha, M.L. Educação e saúde: coletivização das ações e gestão participativa. In Maciel, I.M. (org.), **Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação** Rio de Janeiro, Editora Ciência Moderna. 2001. pg. 213-229.

Rodari, G. **Gramática da Fantasia**. Summus Editorial. São Paulo, 1982.

Sader, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1988.

Schwartz, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. In **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, No. 7. jul/dez 2000a. p. 38-47.

Schwartz, Y. Trabalho e Uso de Si. In **Pro-Posições**, Volume Um, no. 2(32). Julho, 2000b.

Schwartz, Y. Trabalho e gestão: níveis, critérios e instâncias In: Figueiredo. M.; Alvarez, D.; Athayde, M. e Brito, J.(org.) **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**, Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, E. F. da. **Trabalhadores/as de escolas e a construção de uma “Comunidade Ampliada de Pesquisa”**: A busca da promoção da saúde a partir dos locais de trabalho. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 2003.

Souza, P.C.Z. **Desafio na Construção do Conhecimento em Trabalho e Saúde**. In: Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, I, São Paulo, USP, 2002. Anais eletrônicos. Disponível em [www.bvs-psi.org.br/congre](http://www.bvs-psi.org.br/congre) p. 120-135.

Teiger, C. , 1998, El trabajo, ese oscuro objeto de la Ergonomía in: Castillo, J.J.; Villena, J. (ed.) **Ergonomía: conceptos y métodos**. Madri, Editorial Complutense, 1998, p.141-162.

Vanzan, L. **Tramas urbanas de uma cidade ocupada: análise possível sobre uma experiência de ocupação na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Estudos da Subjetividade. UFF, 2006.

Vicenti, Antonella de. Ivar Oddone, intelectual orgânico e pesquisador heterodoxo. **Les Territoires du Travail: les continents de l’experience**, Mai 1999, No. 3, p. 33-42. Cateis.

Zarifian,P. **O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas.**

Editora Senac: São Paulo, 2003.